

Acção Socialista



Nº 1263 15 Maio 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Realizados 19 Congressos Federativos Portugal Mais PS



PEDRO DA SILVA/PS

PEDRO DA SILVA/PS

Entrevista 10

Paulo Campos:
“Sem boas
acessibilidades
não há
desenvolvimento”



Prevenção de fogos 20

**Racionalidade
de meios para
florestas mais
protegidas**

Maternidades 13

**Encerramento
é imperativo
técnico para
salvar vidas**

Concertação social 9

**Reforma da
Segurança
Social aberta
a boas propostas**

Colóquio - Parlamento Aberto
“VALE DO AVE - REGIÃO DE OPORTUNIDADES”
3 Junho 2006 - Centro Cultural Vila Flor - Guimarães



- 09h30 Sessão de abertura
António Magalhães, Presidente da Câmara de Guimarães
Miguel Lorangeiro, Deputado do PS na AR
- 10h00 “Políticas públicas para a região - nacionais e comunitárias”
Elisa Ferreira, Deputada do PS no PE
Castro Fernandes, Presidente da Câmara Santo Tirso e da AMAVE
António Figueiredo, Quaternaire
- 10h30 Debate
- 11h15 “Qualificações com futuro. Futuro com qualificações”
Fernando Medina, Secretário de Estado do Emprego e Formação
António José Seguro, Deputado do PS, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR
Olivia Santos Silva, Coordenadora de Educação e Formação de Adultos da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN)
- 11h45 Debate
- 12h30 Sessão de Encerramento
Alberto Martins, Presidente do Grupo Parlamentar do PS



JORGE SEGURO SANCHES
Director

Confiança

Herdando uma situação de quase recessão, durante o primeiro ano de governação, o PS e o Governo enfrentaram com reconhecida coragem e determinação o problema da consolidação das contas públicas, a questão do relançamento da confiança e do investimento, o desafio central da qualificação dos portugueses, os estrangulamentos à competitividade da nossa economia e a necessidade da modernização do Estado.

Nos últimos dias, a revisão em alta feita pelo Banco de Portugal sobre o crescimento económico de Portugal em 2006 é mais um sinal de que a aposta do PS e do Governo na confiança dos portugueses e na economia portuguesa é o caminho certo para o desenvolvimento económico, para o progresso e para a garantia de maior qualidade de vida às pessoas.

O crescimento económico que todos desejamos, que muitos já sentimos de forma lenta mas gradual é já um contributo para a diminuição de muito problemas sociais que têm vindo

A preocupação que o Governo tem vindo a colocar na sua agenda social são sinais muito claros de que o Governo do PS não esquece que a melhoria da economia e o equilíbrio das contas públicas não são um fim em si mesmo mas acima de tudo o meio essencial que nos possibilita criar condições para uma sociedade com menos contrastes e desigualdades

a afectar a nossa sociedade. Problemas sociais como o desemprego, as desigualdades e até a própria sustentabilidade da Segurança Social.

A preocupação que o Governo tem vindo a colocar na sua agenda social, nomeadamente com o programa de investimento equipamentos sociais nos próximos quatro anos, que permitirá aumentar a capacidade de resposta em 45 mil vagas, reforçando os equipamentos para os idosos mais carenciados, de modo a assegurar, até ao final da legislatura, 13 mil novas vagas em centros de dia, lares e serviços

de apoio domiciliário, são sinais muito claros de que o Governo do PS não esquece que a melhoria da economia e o equilíbrio das contas públicas não são um fim em si mesmo mas acima de tudo o meio essencial que nos possibilita criar condições para uma sociedade com menos contrastes e desigualdades.

Passado pouco mais de um ano desde que o Governo tomou posse, os portugueses sentem aumentar o seu optimismo. Começam a acreditar que é possível voltar a recuperar a distância perdida relativamente ao resto da Europa. Os indicadores de confiança demonstram que os portugueses acreditam nos resultados de muitas das medidas que foram tomadas – e muitas delas foram impopulares e negativas no imediato.

Cada vez mais os portugueses voltam de novo a acreditar que, seguindo a linha desta governação, é possível consolidar o processo de crescimento e de consequente melhoria das condições sociais.

Deputados do PS promovem colóquio sobre o Vale do Ave

O GRUPO Parlamentar do PS, numa iniciativa dos deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Braga, vai organizar no próximo dia 3 de Junho um colóquio subordinado ao tema “Vale do Ave: região de oportunidades”, no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães.

No primeiro painel do colóquio, “Políticas públicas para a região – nacionais e comunitárias”, intervirão Elisa Ferreira, eurodeputada socialista, Castro Fernandes, presidente da Câmara de Santo Tirso e da AMAVE e António Figueiredo. Já o segundo painel sobre “Qualificações com futuro. Futuro com qualificações” contará com a presença de Fernando Medina, secretário de Estado do Emprego e Formação, António José Seguro, deputado do PS e presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR e Olívia Santos Silva, coordenadora de Educação e Formação de Adultos da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN).

Os trabalhos do colóquio, que têm início às 9h30 com intervenções de António Magalhães, presidente da Câmara de Guimarães, e Miguel Laranjeiro, deputado socialista, encerrarão pelas 12h30 com uma intervenção a cargo de Alberto Martins, presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Sócrates satisfeito com boas notícias da economia

BANCO DE PORTUGAL CONFIRMA RECUPERAÇÃO

A REVISÃO em alta feita pelo Banco de Portugal sobre o crescimento económico de Portugal em 2006 vem ao encontro da tese do Governo de que a economia está em recuperação, afirmou José Sócrates.

O primeiro-ministro e líder socialista falava no dia 10 à entrada para uma reunião com o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), onde fez uma intervenção sobre a reforma da Segurança Social, a decisão do Governo de encerrar alguns blocos de parto e os recentes dados do banco central que apontam para um crescimento económico a rondar um por cento, mais do que os 0,8 por cento inicialmente previstos por esta instituição.

“Essa revisão em alta da economia portuguesa é uma boa notícia e segue a mesma linha das recentes previsões feitas pela Comissão Europeia sobre a evolução da economia portuguesa”, disse.

Segundo o primeiro-ministro, as previsões do Banco de Portugal e as da Comissão Europeia “confirmam que a economia portuguesa está em recuperação gradual e lenta”.



ARQUIVO PS

Mas, sublinhou, “ainda não estamos satisfeitos” com a actual evolução económica, lembrando ainda que quando o actual Governo iniciou funções, “a economia portuguesa estava à beira da recessão com um crescimento económico negativo de 0,1 por cento”.

José Sócrates afirmou ainda que para 2006 o Executivo socialista tem pela frente “uma tarefa gigantesca no sentido de redu-

zir o défice de seis por cento para 4,6 por cento, sem malabarismos e sem recurso a receitas extraordinárias”, estando, por isso, a fazer “as reformas necessárias para que este objectivo seja atingido”.

A reunião do GP/PS com o secretário-geral durou cerca de três horas e contou com a presença dos ministros da Saúde, Correia de Campos, e dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

Governança socialista tem sido estável e responsável

COMISSÃO POLÍTICA

A ACTUAÇÃO do Governo do PS tem sido “estável e responsável”. Esta a convicção expressa por José Sócrates à saída da reunião da Comissão Política Nacional do nosso partido, realizada no passado dia 4, na sede do Largo do Rato, ocasião em que o líder socialista e primeiro-ministro manifestou confiança na recuperação do país no plano económico.

Depois de deixar claro que o Executivo socialista “não anuncia retomas”, Sócrates mostrou-se confiante em que os resultados consolidados no primeiro trimestre deste ano apontem já para uma evolução “positiva, lenta mas gradual” da economia portuguesa.

“Pela sua parte – garantiu –, o Governo está empenhadamente a fazer as mudanças para que essa recuperação se registre”, como ilustra bem o caso “do esforço feito para pôr as contas públicas em ordem”.

No plano interno, o secretário-geral sublinhou que o nosso partido está no Governo e sabe que “a coesão é um factor indispensável para que se cumpra o programa do Executivo”.

Esta posição foi reafirmada pelo porta-voz do PS, Vitalino Canas, ao desmentir uma alegada existência de problemas entre a bancada socialista e o Governo liderado por Sócrates.

“A articulação entre o Governo e o Grupo Parlamentar do PS tem sido perfeita”, afirmou Vitalino Canas, assegurando de seguida que o Executivo informa com a antecedência possível e necessária os temas em discussão nos debates parlamentares.



PEDRO DA SILVA

Na sua declaração aos jornalistas, Vitalino Canas retomou ainda o teor da intervenção feita por José Sócrates no início da reunião da Comissão Política do PS, sustentando que Portugal regista “uma melhoria ligeira e gradual da sua situação económica”.

Este optimismo realista baseia-se – declarou – na “subida de dez por

cento registada em Março ao nível do volume de negócios industrial” e no crescimento de “sete por cento nas exportações registada em Fevereiro”.

Criticando a oposição de direita por “retomar o discurso da tanga”, Vitalino Canas contrapôs, sublinhando haver já “uma melhoria dos indicadores de confiança” e

vincando que “a execução orçamental está controlada”.

O porta-voz do PS sustentou igualmente que “se estes indicadores se mantiverem será possível manter o défice das contas públicas em 4,6 por cento”.

Já sobre a reforma da Segurança Social, cujas linhas-mestras foram apresentadas pelo primeiro-minis-

tro no Parlamento, a 27 de Abril passado, a Comissão Política do PS considerou, segundo Vitalino Canas, que “ela está a ser compreendida pelo povo português” como o que efectivamente é, ou seja, uma necessidade urgente para a sustentabilidade do próprio sistema.

M.R.

Gabinete autárquico com novo dinamismo

A REVITALIZAÇÃO da Associação Nacional dos Autarcas PS (ANA-PS) que espera realizar no curto prazo uma assembleia geral para eleger os seus órgãos directivos tem sido uma das prioridades da actividade do Gabinete Autárquico do nosso partido.

Segundo adiantou o secretário nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, ao “Acção Socialista”, realizaram-se já, no âmbito das cinco regiões-plano, reuniões com autarcas e presidentes das federações socialistas em Lisboa, Porto Coimbra, Évora e Faro, que contaram também com a presença do secretário nacional para a Organização, Marcos Peirestrello.

Nesses encontros, referiu Miranda Calha, para além da dinamização da ANA-PS, foram abordadas outras questões da



ARQUIVO PS

agenda política autárquica como o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Ainda no âmbito da intensa

actividade que o Gabinete Autárquico tem vindo a desenvolver, decorreu uma reunião com o Departamento Nacional das Mu-

lheres Socialistas (DNMS), onde, segundo Miranda Calha, se abordou a “necessidade de encontrar formas de maior participação das mulheres no plano autárquico”.

De destacar que está já agendado para Outubro um encontro das mulheres socialistas ligadas às autarquias locais.

Por outro lado, Miranda Calha teve também um encontro de trabalho com a JS que está a tentar dinamizar a Associação Nacional dos Jovens Autarcas Socialistas (ANJAS), que num encontro entretanto realizado em Abrantes já elegeu os seus órgãos dirigentes.

O secretário nacional do PS adiantou ainda que tem como objectivo reunir periodicamente com os autarcas socialistas das associações de municípios e freguesias.

J. C. C. B.

Comissão Nacional reúne dia 20

Vai realizar-se no próximo dia 20 de Maio, pelas 10h30, no Hotel Altis, em Lisboa, uma reunião da Comissão Nacional do PS, que terá como pontos da ordem de trabalhos a apresentação, discussão e aprovação do Relatório e Contas de 2005, a apreciação, discussão e aprovação do Relatório da Comissão de Análise de moções sectoriais, apresentadas no XIV Congresso Nacional e a análise da situação política.

Rasgar novos horizontes

PORTO

O PS “atravessa um bom momento” marcado pela “coesão, unidade e vontade de superar e responder aos desafios”, afirmou o líder socialista, José Sócrates, no passado dia 6, ao encerrar o Congresso Federativo do Porto, ocasião em que acusou a oposição de direita de oportunismo político em relação à reforma da Segurança Social.



NA SUA intervenção, o secretário-geral reafirmou que o Governo do PS “não se engana nas prioridades”, sublinhando de seguida que estas passam “pela modernização do país com justiça e igualdade”.

“Não estamos aqui para resolver os problemas de Portugal para as próximas eleições, mas sim para as próximas gerações”, assegurou Sócrates, reiterando que o objectivo central do Executivo socialista é “governar para todos e pôr o Estado ao serviço dos que mais precisam”.

Neste ponto, apontou para o que classificou como “reformas necessárias”, referindo-se às medi-

das a implementar no âmbito da Administração Pública com vista à qualificação dos serviços.

Perante centenas de socialistas portuenses, José Sócrates insistiu também na crucialidade de se avançar com as medidas que visam garantir a sustentabilidade do sistema público de Segurança Social por ele próprio apresentadas no Parlamento, a 27 de Abril passado.

Estas medidas, defendeu, vão permitir “um sistema justo, equilibrado”, honram um partido de esquerda porque apontam para a defesa do sistema público e universal de Segurança Social.

“Temos que assegurar o futuro

para que não seja um fardo para as novas gerações”, sustentou.

A este propósito, o primeiro-ministro dirigiu críticas certeiras ao principal partido de oposição por este não ter reagido às propostas governativas para este sector vital, acusando o partido de Marques Mendes de estar a fazer “um jogo político de oportunismo”.

O líder do PS considerou ainda como “inacreditáveis” as recentes mudanças de opinião dos dirigentes do PSD em assuntos de importância estratégica para o nosso país, como é o caso do TGV.

“Quando eram poder há pouco mais de um ano defendiam o pro-

jecto de alta velocidade”, lembrou Sócrates, sublinhando que, já na oposição, e “apenas para atacar o Governo”, os responsáveis laranja “passaram a criticar este mesmo projecto”, defendendo, mais recentemente, por ocasião das suas eleições internas, não o TGV, mas as ligações ferroviárias rápidas.

O refúgio no silêncio “numa das discussões mais importantes” da actualidade governativa e as mudanças oportunistas de posições vão contra a sustentabilidade da credibilidade política, advertiu José Sócrates, lembrando que os portugueses vão avaliar “quem não diz o que pensa por ser incómodo”.

Evocando a determinação e coragem políticas que tem caracterizado a actuação do Executivo socialista, Sócrates terminou o seu discurso manifestando com a promessa de que “Portugal pode contar com o PS – um partido que apenas deseja estar à altura das suas responsabilidades”.

Apoio seguro ao Executivo

Na reunião magna dos socialistas portuenses, o camarada Renato Sampaio, eleito presidente da Federação do PS do Porto, anunciou que irá propor às restantes estruturas distritais nortenhas do nosso partido a realização de um

congresso da região que funcione como arranque de um movimento que visará a vitória num futuro referendo à regionalização.

“Aguarda-nos muito trabalho, muito esforço, talvez até o sacrifício de um ou outro velho hábito de actuação política”, advertiu o líder dos socialistas portuenses, depois de apelar ao afastamento definitivo de “eventuais divergências de percurso” em prol de um projecto útil ao PS, ao distrito e ao país.

De seguida, referindo-se aos “tempos difíceis” que o distrito do Porto atravessa actualmente, o líder federativo argumentou com a certeza de que “o nosso partido não se conforma, nem se acomodará ao empobrecimento e às assimetrias”.

Manifestando depois a sua confiança no Governo e no primeiro-ministro, Renato Sampaio comprometeu-se a debater e ajudar a encontrar as vias do desenvolvimento sustentável para o Norte e para o distrito.

E, visando rasgar “novos horizontes para o PS, para o Porto e para a região”, o dirigente socialista manifestou-se pronto e determinado a dar o seu contributo para ultrapassar as dificuldades, reafirmando que a estrutura federativa que lidera será “apoio seguro” ao Executivo.

M.R.

Unidos e mobilizados no apoio ao Governo

FAUL

É PRECISO que o PS, como “grande motor de transformação”, continue “unido e mobilizado” no apoio ao “projecto reformista” do Governo de “mudar o país”, afirmou no dia 6 Jorge Coelho, no encerramento do Congresso da FAUL, realizado no centro de reuniões da FIL.

O dirigente socialista centrou grande parte da sua intervenção na defesa das medidas levadas a cabo pelo Executivo do PS que tem três objectivos centrais: controlar o défice, promover o desenvolvimento económico e garantir o Estado Social.

Segundo Jorge Coelho, o PS tem demonstrado ao longo deste primeiro ano de governação que “é muito mais ambicioso” e tem “valores muito diferentes” dos governos da direita, que fizeram da obsessão pelo défice a sua prioridade, com os resultados desastrosos conhecidos.

No quadro da “política de verdade” que o Governo tem vindo a prosseguir, o dirigente socialista defendeu ser necessário “coragem para levar as reformas até ao fim”, já que, frisou, “só assim podemos ambicionar um futuro melhor para os portugueses, em especial para os mais desfavorecidos, a razão de ser do PS”.

E para que o partido permaneça ainda mais “unido e coeso” no apoio ao Governo que “tem um rumo e um



projecto de modernização e solidariedade para o país”, Jorge Coelho pediu à direcção socialista que tenha “um diálogo” permanente com os militantes.

Por outro lado, lamentou “o actual estado da oposição”, sublinhando que no Congresso do CDS/PP “não se discute nenhum problema do país, mas apenas se o actual líder vai ficar mais dois anos ou se o deitam agora abaixo”, enquanto na reunião magna do maior partido da oposição, o PSD, “há um conjunto de pessoas a discutirem que não vale a pena tirar agora o líder”.

Face a esta postura da oposição, “os portugueses vêem que não há alternativa” ao actual Governo. E,

a propósito, apontou as sondagens que “mostram que os portugueses compreendem as medidas” do Executivo de José Sócrates, que exortou a que “continue firme no seu projecto de transformação e de mudança, não deixando cair a frase ‘voltar a acreditar’”.

Na sua intervenção, o dirigente e deputado socialista teceu ainda duras críticas à actual gestão de Carmona Rodrigues na Câmara de Lisboa, que nos primeiros 180 dias de mandato “fez pouco mais do que nada”, defendendo que “o PS tem de trabalhar desde já para ter nas próximas autárquicas um presidente de câmara socialista”.

Jorge Coelho manifestou ainda a

sua solidariedade a Freitas do Amaral, afirmando que quando foi ministro também andou cansado. “Um ministro que se cansa é sinal que trabalha para mudar o país”, disse.

Continuar o caminho, preparar o futuro

Reeleito para a liderança da FAUL, Joaquim Raposo afirmou que “o PS tem de cerrar fileiras no apoio às reformas do Governo”, tendo manifestado a sua satisfação pela forma como decorreu “este congresso participado” que, disse, “reforçou a nossa identidade e a nossa força partidária”.

Na sua intervenção em que traçou as linhas-mestras da acção política da Federação para o futuro, Joaquim Raposo disse que nos próximos tempos “vamos ter pela frente desafios de dimensão nacional para os quais a FAUL deverá dar os contributos que o PS e o país precisam”.

Nesse sentido, “vamos promover uma ampla abertura do partido e alargar a sua influência, cuidando da sua modernização”, de modo a “torná-lo mais eficiente para responder aos desafios da sociedade dominada pelas tecnologias da informação e do conhecimento”.

O líder da Federação e presidente da Câmara da Amadora referiu que na sua opinião “a mobilização dos militantes e a sua participação no

debate político deverão ser a principal prioridade”.

Joaquim Raposo considerou que compete à FAUL “ajudar à definição e consolidação das estratégias de intervenção política nos municípios presididos por socialistas”, para que o país e a região de Lisboa “possam enfrentar com sucesso os desafios da competitividade, do desenvolvimento económico e da sustentabilidade social”.

Na sua intervenção, referiu ainda que a FAUL vai promover um “debate alargado” sobre as grandes opções estratégicas para a região de Lisboa, envolvendo os militantes do PS, os actores regionais e os cidadãos, bem como pugnar por “uma área metropolitana de Lisboa atlântica, verdadeira capital da lusofonia, multicultural, ponto de encontro de gentes, civilizações e culturas”.

Joaquim Raposo assegurou também que a FAUL tudo fará para que “as mensagens reformistas do Governo passem e se consolidem no seio da opinião pública”, acrescentando que o Executivo do PS, dirigido pelo camarada José Sócrates, “tem revelado uma vocação reformista, como já não se via desde os primórdios da I República”.

A Comissão Política da FAUL foi eleita com 440 votos a favor, 17 nulos e 46 brancos, num universo de 503 votantes.

J. C. C. B.

Um partido aberto e afirmativo para uma região de futuro

ALGARVE

O PS/ALGARVE vai realizar em 2007 um Congresso Interregional para debater as experiências de regionalização que existem na Europa, em particular na Europa Mediterrânica, anunciou Miguel Freitas, acrescentando que a Federação do Algarve pretende manter o Fórum Autárquico Regional, dar um novo figurino às Novas Fronteiras na região com questões exclusivamente sociais e aprofundar a colaboração com a JS e o Departamento das Mulheres Socialistas.

No âmbito de um “partido moderno” com uma “organização

dinâmica e eficaz”, Miguel Freitas adiantou ainda que a Federação do Algarve pretende promover a adesão de residentes estrangeiros ao partido, nomeadamente da UE, e criar um Conselho Consultivo com individualidades de reconhecido mérito, para discutir com o líder da Federação “questões importantes” para a região.

O presidente do PS/Algarve defendeu ainda que é preciso encontrar respostas ao “momento complexo” que a região atravessa, nomeadamente com a “redução drástica” dos fundos estruturais, “enormes desequilíbrios” entre litoral e interior e baixos níveis de formação e qualificação, entre

outros factores.

Perante este quadro, Miguel Freitas apontou quatro prioridades com vista a que o Algarve seja uma região de futuro: um pacto para a qualificação e o emprego, uma economia regional aberta à inovação, um desenvolvimento equilibrado e sustentável e uma agenda para a regionalização.

Presente na sessão de encerramento, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, fez uma intervenção centrada na acção governativa, sublinhando que os mais recentes indicadores económicos mostram que as políticas adoptadas de promoção do crescimento, a par da consolidação



das contas, vão no bom caminho.

A lista apresentada por Miguel Freitas para a Comissão Política

obteve 148 votos a favor, tendo-se registado 22 votos brancos e 18 nulos.

Aposta na diversificação da participação

AVEIRO

PARTICIPAÇÃO, informação e afirmação são as linhas mestras da estratégia da nova liderança protagonizada por Afonso Candal na presidência da Federação de Aveiro.

No encerramento de um congresso federativo muito participado, não obstante a apresentação de uma única lista, o dirigente socialista destacou a necessidade de um profundo debate em torno da proposta de reorganização administrativa dos serviços distritais e regionais, envolvendo os militantes do PS mas também cidadãos independentes cujo contributo considerou da “máxima importância”.

Perante as centenas de camaradas que se reuniram no grande auditório do Centro Cultural e de congressos da cidade, Afonso Candal sublinhou a importância de, a nível partidário, se diversificarem os espaços de participação, nomeadamente mediante o incentivo à discussão e à preparação de sugestões e decisões sectoriais e temáticas.

Subjacente a esta atitude pró-activa deve estar – segundo considerou – uma base tecnológica que reforce a informação política relevante aos militantes, bem como a informação produzida na Federação junto da direcção nacional.

A procura de soluções consistentes e consequentes para os

problemas específicos do distrito e dos concelhos que o integram, assim como o apoio aos militantes socialistas que desempenham funções extrapartidárias nas mais diversas áreas, foram também aspectos de afirmação política referenciados pelo presidente da Federação socialista de Aveiro.

Presente na reunião magna dos socialistas aveirenses esteve o dirigente do PS e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, que destacou de forma clara e exemplificativa a capacidade de concretização e de resolução dos problemas estruturais do país que o Governo liderado por José Sócrates tem demonstrado por contraposição



aos anteriores Executivos de coligação PSD/CDS-PP.

De salientar ainda que no congresso federativo de Aveiro foi

eleita a Comissão Política, que recolheu, para a sua única lista concorrente, 142 dos 149 votos expressos nas urnas.

União e convergência marcam Congresso

BAIXO ALENTEJO

A FEDERAÇÃO socialista do Baixo Alentejo manifestou, pela voz do seu presidente reeleito, um apoio total ao secretário-geral do PS e à acção do Governo, reafirmando ainda a assunção da representação política dos interesses da região.

No discurso que proferiu no congresso federativo, que decorreu na Casa da Cultura de Beja, Luís Pita Ameixa saudou as metas políticas do Executivo socialista que passam pelo encurtamento da concretização do empreendimento do Alqueva, pela utilização civil do aeroporto de Beja, pela melhoria das acessibilidades regionais e pelo incremento da exploração dos recursos naturais de que é exemplo a mina de Aljustrel, cuja abertura foi

recentemente anunciada.

Também a criação de um banco de terras e a atribuição adequada das mais-valias fundiárias no âmbito do Alqueva foram apontadas como “questões a carecerem de resposta política”.

Já no plano comunitário e em vésperas do Dia da Europa (9 de Maio), o dirigente socialista defendeu, perante centenas de militantes, que “a construção europeia, com a participação de Portugal, “é o caminho essencial para a paz e a prosperidade”.

Neste XII congresso federativo do Baixo Alentejo “marcado pelo signo da união e convergência” esteve também presente o secretário nacional para a Organização, Marcos Perestrello, tendo salientado os sinais de recuperação económica

que começam a tornar-se inequívocos em Portugal.

“Quem acha que prejudica o Partido Socialista promovendo o pessimismo e rejeitando todos os sinais de recuperação da confiança está a fazer oposição ao país”, avisou o dirigente socialista, desafiando os líderes dos outros partidos a identificar uma única proposta construtiva que tenham feito no último mês.

A reunião magna desta estrutura do PS começou por homenagear os socialistas falecidos, procedendo depois à aprovação por unanimidade da moção de orientação política global, subscrita pelo Presidente da Federação, intitulada “A Nossa Terra Primeiro – Convergência e União”.

Foram ainda aprovadas três importantes moções sectoriais, rela-



cionadas com o desenvolvimento económico e social e o combate contra a desertificação, subscritas pelas camaradas Jorge Pulido Valente, José Carlos Albino e António Nascimento.

Por voto secreto, foram eleitos os órgãos federativos, sendo de destacar a eleição da Comissão Política com a quase totalidade dos votos a favor, 101, e apenas sete votos brancos e um nulo.

Novo ciclo de proximidade e subsidiariedade

BRAGA

A “PROXIMIDADE” e a “subsidiariedade” entre dirigentes e militantes, entre secções e a estrutura distrital socialista, entre o nosso partido, os cidadãos e a sociedade será a prioridade da acção do PS/Braga.

Este o compromisso assumido pelo líder da federação bracarense, Joaquim Barreto, e acentuado na sua alocução final ao congresso, em que reforçou as ideias-mestras que enformam a moção vencedora “Um novo ciclo com a determinação de sempre”.

Colocar o PS nas principais discussões e acontecimentos da vida política distrital foi, igualmente, outra das metas traçadas para o futuro próximo pelo dirigente federativo, especialmente nos sectores da educação, qualificação e inovação.

Ao discursar no Pavilhão Gimnódromo de Cabeceiras de Basto, o camarada Joaquim Barreto sublinhou ainda a necessidade de dar um papel justo às mulheres e aos jovens na construção de um Portugal melhor, manifestando de seguida a convicção de que “é crucial desenvolver políticas de coesão social” e “de verdadeira cidadania” no nosso país.

No seu apelo final, o líder dos socialistas bracarenses evocou John Kennedy ao pedir: “Não perguntes o que o PS pode fazer por ti, pergunta antes o que podes tu fazer pelo PS”.

A reunião magna dos socialistas de Braga encerrou com palavras de saudação do dirigente do PS e ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, que, na ocasião, invocou a figura de Joaquim Barreto como uma referência exemplar de doação ao partido e de trabalho político produzido ao longo dos anos e apelou ainda à unidade em torno dos grandes projectos e da resolução dos



problemas com que se debate a sociedade portuguesa e face aos quais o Governo está a envidar todos os esforços.

De salientar que a lista para a Co-

missão Política subscrita pelo reeleito presidente da Federação conquistou 178 votos, contra 107 obtidos pela lista do camarada José Ribeiro.

Coesão territorial na base do desenvolvimento

BRAGANÇA

O CONGRESSO da Federação do PS de Bragança saldou-se num confronto de ideias de alto nível sobre aspectos relacionados com a vida interna do partido e, sobretudo, com os problemas do distrito e do país, tendo como pano de fundo as linhas orientadoras da moção de estratégia global “Novos desafios, novos horizontes”.

Na intervenção que realizou na qualidade de presidente reeleito, o camarada Mota Andrade manifestou o seu apoio ao Governo no seu esforço de desenvolvimento dos factores de

coesão territorial, frisando que as autarquias devem conceber planos estratégicos que extravasem a dimensão municipal, de forma a criar plataformas entre si que permitam a concretização de projectos em rede.

O líder dos socialistas bragantinos fez também uma convicta defesa do investimento no ensino superior no interior do país como forma eficaz de dinamização com vista à coesão territorial, advogando ainda em favor das políticas implementadas pelo ministério de Jaime Silva que, considerou, “garantem os direitos de uma agricultura moderna e competi-

tiva ao mesmo tempo que moraliza a atribuição de subsídios”.

Quanto à política nacional, Mota Andrade mostrou-se satisfeito com o trabalho do Centro Hospitalar do Nordeste e com o seu plano estratégico, manifestando o seu reconhecimento ao Executivo por este ter honrado os compromissos que assumiu na melhoria das acessibilidades do distrito, a construção de duas barragem e nas obras nos canais de irrigação para complementar o regadio da Vilariça.

Presente na reunião magna da Federação do PS de Bragança, o

eurodeputado socialista Carlos Lage fez uma intervenção em que focou diversos temas da agenda política nacional, terminando por incidir nas consequências que directa ou indirectamente estas terão para o desenvolvimento do distrito de Bragança.

Salientando que as políticas do Governo visam o desenvolvimento num quadro de coesão do território nacional, Lage assegurou que a equipa de José Sócrates tem preocupações especiais com o distrito, atendendo ao facto deste ser um dos mais afectados pelo despovoamento e pelo envelhecimento da população.



Face a esta realidade – disse – “o Executivo não só está empenhado na modernização das acessibilidades da região, mas também para no incentivo à implantação de diversas actividades económicas no distrito de Bragança.

Reafirmado compromisso com o desenvolvimento

CASTELO BRANCO

O REELEITO presidente da Federação do PS de Castelo Branco, Joaquim Morão garantiu que esta estrutura “vai concentrar o melhor das suas energias no apoio aos seus activos mais importantes – militantes, autarcas, mulheres e jovens socialistas – “na defesa das nossas causas de sempre”.

Reafirmando o compromisso que assumiu enquanto líder dos socialistas albacastrenses com o desenvolvimento da Beira Interior, o dirigente do PS colocou a tónica da sua intervenção no XII Congresso, realizado na Casa da Cultura da

Sertã, na necessidade de se dinamizar a participação e promover a coesão política distrital face aos novos desafios que se perfilam no futuro.

Descrevendo o nosso partido como “o principal referencial de estabilidade política” e “protagonista maior desenvolvimento” em Castelo Branco, o camarada Joaquim Morão saudou o facto de, a nível nacional, o PS também demonstrar empenhamento no reforço da coesão social e territorial, garantindo que a federação à qual preside “assumirá a posição de interlocutor primordial no debate sobre as opções políticas essenciais”.

“Os socialistas de Castelo Branco estão

solidários, por inteiro”, com o esforço do Governo na tarefa de modernizar o país e de racionalizar o estado”, disse, aplaudindo o “arrojo reformista” do Executivo de José Sócrates.

Após recordar que “o Estado tem um papel inalienável e insubstituível a cumprir” no distrito de Castelo Branco, Joaquim Morão exigiu a prossecução do programa de investimento públicos estratégicos, particularmente nas acessibilidades e nas infra-estruturas de abastecimento de água e de energia.

Na reunião magna dos socialistas albacastrenses que elegeu a lista única para a Comissão Política com 82,2 por cento



dos votos favoráveis, esteve o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor.

Na sua intervenção, o dirigente do PS Fernando Serrasqueiro focou os mais diversos assuntos da actualidade política

nacional, frisando a ideia de que não é uma lógica cega de economicismo que está na base da decisão governamental de encerrar alguns serviços públicos localizados no distrito, mas sim o desígnio fundamental da qualificação da prestação desses serviços.

Uma Federação operacional e dinâmica

COIMBRA

“TRABALHAR e modernizar para ganhar o futuro”, é a aposta do reeleito presidente da Federação de Coimbra, Vítor Baptista, que defendeu “uma Federação operacional e dinâmica, assente no trabalho em conjunto de jovens, mulheres e homens, todos apostados na construção de um Portugal mais justo, mais livre e mais igual”.

É por isso que, frisou, reconhecendo o “esforço” do Governo do PS liderado por José Sócrates, afirmou não poder deixar

de transmitir o “seu apoio à acção que vem desenvolvendo”, através, nomeadamente, de políticas, “às vezes impopulares”, mas que visam “preservar o essencial do nosso modelo social”.

Salientando que “as dificuldades que o Executivo do PS encontra ao virar de cada esquina são de todos conhecidas”, Vítor Baptista considerou que, por isso, “de maneira exigente mas construtiva, devemos apoiar ainda mais o Governo de Portugal”.

Afinal, perguntou: “Se os socialistas não apoiam o seu Governo, quem é que

o apoiaria?”

O líder da Federação lembrou ainda a terminar a sua intervenção que o PS é “um espaço colectivo onde todos cabem e onde todos podem realizar os seus anseios políticos, de forma aberta, plural, livre e tolerante”.

A encerrar o Congresso, esteve o presidente do PS, camarada Almeida Santos, que começou por prestar uma sentida homenagem a Fernando Vale, que disse ser uma das suas “maiores referências políticas de sempre”.

Fernando Vale, lembrou, “foi um mé-

dico excepcional, que exerceu a medicina ao serviço dos mais humildes da sua terra, desinteressada e gratuitamente”, para além de ser “um idealista, um maçom convicto e um homem de grande cultura”.

Depois, Almeida Santos afirmou que “o PS está a atravessar um bom momento político”, graças à liderança de José Sócrates no partido e no Governo, que disse ser “um homem de grande coragem e coerência que não faz política para agradar, que trouxe para o PS a ideia de um socialismo moderno preocupado com as novas tecnologias”.



De salientar ainda que a lista A apresentada por Vítor Coimbra para a Comissão Política da Federação recolheu 68 por cento dos votos, enquanto a lista B afecta a Luís Marinho obteve 32 por cento.

Um projecto de esperança para o Alentejo

ÉVORA

A CONSOLIDAÇÃO do PS como “Partido do Alentejo e dos Alentejanos” terá que ser feita através da capacidade para “encabeçar o combate pelo desenvolvimento da região, da apresentação de propostas coerentes com os nossos princípios e do lançamento de iniciativas mobilizadoras do eleitorado”, afirmou o novo líder da Federação, Noberto Patinho.

Referindo que o PS deve afirmar um projecto político de esperança que “responda aos problemas das pessoas e mobilize o Alentejo”, Noberto Patinho sustentou que no distrito de Évora o nosso par-

tido “não precisa virar à esquerda ou ao centro”, mas apenas “ser fiel aos seus valores, assumindo-se na força do seu projecto autónomo” para a região.

“Com uma total abertura ao diálogo com as forças mais dinâmicas e inovadoras da sociedade, consolidaremos e reforçaremos a nossa liderança no distrito”, disse, acrescentando que para atingir este objectivo “precisamos que os órgãos estatutários funcionem e que os militantes estejam motivados e empenhados em todas as frentes do combate político”.

A encerrar esta reunião magna dos socialistas eborenses esteve o dirigente e eurodeputado socialista

Capoulas Santos, que salientou a “consonância” da moção de estratégia aprovada por unanimidade pelos congressistas com a estratégia nacional seguida por José Sócrates.

Segundo Capoulas Santos, a “grande coesão e unidade interna” do PS/Évora, traduzida na votação esmagadora obtida na eleição do presidente e dos órgãos federativos, constitui “um forte contributo” para a afirmação do projecto do PS no Alentejo e também a nível nacional.

O dirigente socialista enfatizou ainda a importância deste ciclo de unidade do PS/Évora para se combater e denunciar com maior



eficácia a aliança do PCP com a direita que se regista no distrito.

A lista única apresentada pelo camarada Noberto Patinho para

a Comissão Política da Federação obteve 104 votos a favor, tendo-se registado 3 votos brancos e dois nulos.

Defender o futuro do distrito

GUARDA

FERNANDO Cabral, presidente reeleito do PS/Guarda, fez um “balanço positivo” da acção governativa em relação ao distrito, salientando, entre outras medidas, a manutenção das SCUT, a ampliação do hospital da Guarda e a adjudicação do hospital de Seia, a modernização total da linha da Beira Baixa e a integração da plataforma logística da Guarda na rede nacional de logística.

No seu discurso perante o Congresso, Fernando Cabral considerou, por outro lado, que a questão da maternidade do Hospital Sousa Martins (HSM) é

“inegociável”, mostrando-se convicto na manutenção do serviço.

“Não podemos baixar os braços, mas estou plenamente convicto que esse serviço vai manter-se no hospital da Guarda”, disse.

O presidente reeleito afirmou ainda que é favorável ao agrupamento dos hospitais da Guarda, Covilhã e Castelo Branco, acrescentando que “os utentes só têm a ganhar com isso”.

Na sessão de encerramento dos trabalhos esteve a presidente das Mulheres Socialistas, Maria Manuela Augusto, que defendeu as mais recentes medidas e reformas “incómodas” implementadas pelo Executivo de José Sócrates, salientando que, no entanto, “nos

mais recentes estudos de opinião, os melhores índices de popularidade vão para o primeiro-ministro, o Governo e o PS”.

Por outro lado, a presidente das Mulheres Socialistas sublinhou que apesar “de todas as campanhas negativas da oposição, os indicadores económicos assinalam que a confiança dos consumidores tem vindo a subir”.

E acrescentou que “o Governo está a enfrentar os problemas com coragem e determinação. Não recua perante esses mesmos problemas e os portugueses, apesar das suas dificuldades, sentem que existe um rumo, uma estratégia, uma direcção”.

No Congresso do PS da Guar-



da realizado no passado domingo, dia 14 que esteve marcado para dia 6 de Maio, mas foi adiado por falta de quórum –, a lista

apresentada por Fernando Cabral para a Comissão Política obteve 79 votos, enquanto a lista afectada a José Igreja recolheu 48 votos.

O desafio de ganhar a confiança dos cidadãos

LEIRIA

“PRECISAMOS de fazer mais e melhor” e “ir ao encontro das expectativas dos cidadãos”, de forma a ter “um PS vencedor” no distrito, afirmou João Paulo Pedrosa, o novo líder da Federação do PS/Leiria, no discurso de encerramento do Congresso desta estrutura.

“É esse o nosso desafio, o nosso empenho, a nossa responsabilidade”, disse, acrescentando que “o PS precisa de se organizar melhor, de se modernizar”, sendo “fundamental conhecermos as pessoas e os seus problemas e apresentarmos as propostas mais adequadas à sua resolução”.

E anunciou que a Federação vai lançar um “grande fórum” de

discussão sobre o impacto, sobre as vantagens e sobre os ganhos que poderão vir a surgir, no prazo de uma década, de investimentos tão importantes como a Ota e o TGV, acrescentando que gostaria de ver os restantes partidos a participar nesta iniciativa.

O novo líder da Federação adiantou ainda que o PS/Leiria vai estar “na primeira linha” da denúncia dos crimes ambientais e dos atentados ao património natural. “Queremos o progresso mas não a qualquer preço, nem com custos insustentáveis para as gerações vindouras”, disse.

João Paulo Pedrosa lançou ainda um desafio dirigido às instituições públicas e particulares e à Igreja Católica e outras confissões religiosas, para que se juntem ao

PS “na procura de respostas para uma política que faça da família um eixo central de uma sociedade de bem-estar”, no quadro de “uma luta incessante contra as desigualdades”.

Presente na sessão de encerramento esteve o ministro da Justiça, Alberto Costa, que levou ao congresso uma mensagem “de solidariedade, incentivo, coesão e ímpeto para a acção”.

Na sua intervenção, Alberto Costa apontou o crescimento da economia e do emprego como um dos grandes desafios que se colocam à acção do Governo e considerou fundamentais as reformas que estão a ser levadas a cabo na Saúde e na Segurança Social, de forma a preservar o modelo de Estado Social.



No campo da Justiça, e no âmbito das reformas que tem vindo a introduzir nesta área, anunciou que o ministério que tutela vai avançar para a “desmaterialização dos processos”, adiantando que “as primeiras experiências concretas vão ter lugar na esfera dos recursos

cíveis” e “no distrito judicial a que pertence Leiria”.

Neste Congresso, a lista apresentada por João Paulo Pedrosa para a Comissão Política da Federação obteve 130 votos, enquanto a lista afectada a Luís Monterroso recolheu 47 votos.

Assumir o debate com as forças vivas da região

PORTALEGRE

CEIA da Silva, reeleito presidente da Federação do PS de Portalegre, afirmou que os socialistas do norte alentejano têm que saber estabelecer uma estratégia clara para a região e lutar por ela no futuro imediato.

E apontou alguns dos eixos que considera fundamentais serem implementados tendo em vista um desenvolvimento estruturado para toda esta região.

Desde logo, como referiu, importa olhar com mais atenção para as ligações rodoviárias e ferroviárias. Estes são, na sua opinião, dois aspectos determinantes para tirar a região do isolamento

onde ainda se encontra. A questão do novo aeroporto da Ota e uma maior e mais abrangente penetração das novas tecnologias, são outros dos aspectos que referiu como determinantes para a modernização do distrito.

Para Ceia da Silva, estão neste momento em fase de discussão pública os elementos respeitantes à configuração do novo Quadro de Referência Estratégica Nacional, para 2007/2013, sendo na perspectiva deste dirigente do PS fundamental que o distrito se posicione de forma dinâmica nesta discussão, “de molde a permitir o salto qualitativo desta sub-região do Alentejo”.

Convidado para este congresso, o

camarada Miranda Calha, secretário nacional para as Autarquias e eleito deputado pelo distrito, afirmou na sua intervenção que o Governo liderado pelo Partido Socialista tem vindo a desenvolver um conjunto de reformas que o país há muito reclamava, saudando a coragem e a responsabilidade do primeiro-ministro e do seu Executivo pelos passos de gigante que Portugal tem dado em apenas um ano rumo a uma maior aproximação dos níveis de desenvolvimento dos seus parceiros comunitários.

Miranda Calha sublinhou, por outro lado, o trabalho sério que o Governo tem vindo a desenvolver para o avanço e moder-



nização do país, em áreas tão importantes, como o ensino, a saúde ou a reforma da Segurança Social, entre outras.

Para o camarada Miranda Calha, também no âmbito da política económica, o Governo socialista se tem mostrado responsável, estando, na sua perspectiva, a empreender um conjunto de iniciativas

e de princípios que certamente conseguirão recolocar o país nos níveis de crescimento que os portugueses há muito anseiam e a que têm pleno direito.

Neste Congresso, a lista eleita para a Comissão Política da Federação, apresentada por Ceia da Silva, obteve 85 por cento dos votos.

Renovação, unidade e mobilização

REGIÃO OESTE

JOSÉ Manuel Custódio quer que a FRO seja nos próximos tempos “um espaço de debate por excelência aberto aos sinais do nosso tempo, envolvida com as pessoas, e atenta e exigente em relação à sociedade e à actividade política do PS na defesa dos interesses da Região Oeste”.

E como forma de atingir tal objectivo, adiantou que a FRO por si liderada será uma estrutura “amplamente participada, democrática e plural”, que mobilize “as consciências e vontades de militantes e simpatizantes”, e que “torne claro qual o

projecto do PS com que queremos servir melhor as pessoas e a região”.

Na sua intervenção no Congresso, José Manuel Custódio adiantou ainda que a Federação irá promover Fóruns de Estudos Regionais, salientando que objectivos como a criação de um centro de formação profissional, de um parque tecnológico e de parcerias de investigação entre as autarquias e as universidades, são exigências às quais a FRO “tem de dar contributos firmes no sentido da implantação das mesmas na sua área de influência”.

E a terminar a sua intervenção lançou um desafio aos congressistas: “Vinde

percorrer comigo este caminho de renovação, de unidade e mobilização para vencermos os desafios regionais do século XXI”.

No encerramento do Congresso esteve o secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina, que falou da actual situação do país e da acção do Governo, detendo-se em particular no programa “Novas Oportunidades” que visa qualificar até 2010 um milhão de portugueses.

Para Fernando Medina, “esta batalha é decisiva” face ao “preocupante dado” de mais de 70 por cento da população activa portuguesa não possuir o 12º



ano de escolaridade. E adiantou que para vencer este desafio de qualificação o Governo conta com o próximo QCA, que terá um forte impacto nas áreas da

formação e das novas tecnologias.

A lista única para a Comissão Política foi eleita com 64 votos a favor, sete abstenções e seis nulos.

Lutar contra os laxismos

SANTARÉM

O PRESIDENTE eleito da Federação de Santarém, António Rodrigues, afirmou que a aposta mais importante que o distrito tem pela frente prende-se com a afirmação desta região no contexto nacional, propondo para isso que as duas comunidades urbanas, da Lezíria e do Médio Tejo, se fundam numa só.

Como acentuou na sua intervenção, “divididos não vamos a parte nenhuma”, recordando que cada uma das comunidades no contexto europeu mais não representam do que um bairro.

Para António Rodrigues, a tarefa do

presidente da Federação deve ser centrada num papel que seja capaz de juntar vontades com o objectivo de alcançar uma maior coesão e desenvolvimento do Ribatejo, “fazendo aumentar a militância nas sessões e envolvendo os militantes nas decisões políticas a tomar”.

Na perspectiva do líder da Federação, o Governo deve apoiar uma única entidade gestora para os fundos comunitários agrupando todo o distrito de Santarém, considerando que, se tal não acontecer, esta região “terá sempre um papel periférico junto de Évora e de Coimbra”.

Com esta vitória para a Federação do PS de Santarém, António Rodrigues, que simultaneamente desempenha as funções de presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, promete ser uma voz firme na defesa dos interesses do Ribatejo e das suas populações.

Convidada para os trabalhos deste Congresso federativo, a secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, e dirigente socialista, Idália Moniz, congratulou-se, a dado passo da sua intervenção, com as reformas que o Governo está a levar a efeito, nomeadamente na Segurança Social, sublinhando que o Executivo socialista está a dar passos



muito positivos nas políticas de âmbito nacional..

Neste Congresso, a lista A apresentada pelo camarada António Rodrigues,

obteve 131 votos, 57 por cento, enquanto, que a lista B, liderada pelo camarada Nelson Carvalho, alcançou 43 por cento com um total de 97 votos.

Unidade e abertura à sociedade

SETÚBAL

UM FORTE apelo à unidade de todos os socialistas da Federação de Setúbal, assente em princípios e valores, no quadro da moção de que é primeiro subscritor, foi a nota dominante da intervenção do camarada Vítor Ramalho, o novo líder desta estrutura.

Só assim, frisou, o PS poderá vencer os desafios que se colocam no futuro e ganhar a confiança da maioria dos cidadãos do distrito. Para isso, disse contar com o empenhamento de todos os militantes da Federação.

Na sua intervenção, Vítor Ramalho salientou a importância dos partidos políticos, enquanto pilares fundamentais da democracia, e do PS em particular, “partido estruturante da democracia portuguesa”.

Defendendo uma “forte ligação” do PS à sociedade civil, defendeu uma nova forma de organização, em auto-regulação, de forma a dar resposta a estas preocupações num “distrito de trabalho, onde o coração da maioria bate à esquerda”.

E concluiu que estando o PS no poder “tem maiores e acrescidas responsabilidades” nesta matéria.

Na sua intervenção, o novo líder da

Federação de Setúbal fez ainda uma análise aprofundada da actual situação do país e mundial.

A encerrar o Congresso, a dirigente socialista Edite Estrela, depois de saudar Vítor Ramalho e também a presidente cessante, Maria Amélia Antunes, centrou a sua intervenção na acção do Governo ao longo deste primeiro ano, nomeadamente nas reformas que tem vindo a implementar de forma a consolidar as contas públicas, promover a modernização e o crescimento da economia e garantir a sustentabilidade do Estado Social.

Neste quadro, considerou que os mili-



tantes devem estar mobilizados e unidos no apoio ao Governo.

De salientar que a Comissão Política da Federação eleita no Congresso integra

28 membros da lista patrocinada pelo camarada Vítor Ramalho e 27 membros da lista afectada ao camarada Maria Amélia Antunes.

Mobilizados para os novos desafios

VIANA DO CASTELO

“A UNIÃO do distrito, em torno de uma única comunidade (proposta aprovada no Congresso por unanimidade), e o reforço da representatividade eleitoral do PS em toda a região”, constituem dois pontos com grande significado para os socialistas, como salientou na sua intervenção o reeleito presidente da Federação, Rui Solheiro.

Segundo este dirigente socialista, o quadro de referência estratégica nacional 2007/2013 “abre uma nova oportunidade de desenvolvimento, com base no novo ciclo de fundos comunitários, mas

apresenta-se mais exigente, obrigando à apresentação de projectos abrangentes, que implicam grande capacidade negocial e unidade na acção”.

O líder do PS de Viana do Castelo comprometeu-se, por outro lado, a reforçar o partido para que possa alcançar uma nova vitória nas legislativas de 2009 e consolidar “ainda mais a sua presença nas autarquias do Alto Minho”.

Presente na sessão de encerramento, o secretário nacional do PS e ministro da Defesa, Luís Amado, sublinhou a forma aberta e participada como decorreram os trabalhos, congratulando-se com o facto de o nosso partido represen-

tar hoje na região e no país a força política mais capaz de responder aos anseios dos portugueses, sublinhando a política de coragem, rigor e verdade que o Governo tem vindo a prosseguir

O Congresso Federativo aprovou, por unanimidade, a criação de um Conselho Consultivo de âmbito distrital, a que presidirá o histórico Oliveira e Silva, fundador do PS, ex-governador civil de Viana do Castelo e ex-deputado na Assembleia da República. Pelo seu historial no Partido Socialista e pelo muito trabalho e dedicação que ao longo da sua vida tem dedicado à região e à defesa e bem-estar das populações, Oliveira e Silva foi



consagrado presidente honorário do PS/Viana do Castelo.

Nesta reunião magna da Federação, a lista “A”, afecta a Rui

Solheiro, obteve para a Comissão Política 76,47 por centos dos votos, enquanto a lista “B” recolheu 23,53 por cento.

A política é um espaço que exige coerência e responsabilidade

VILA REAL

NAS ELEIÇÕES legislativas de 20 de Fevereiro de 2005, o Partido Socialista conseguiu, pela primeira vez, ser a força política mais votada no distrito de Vila Real.

Esta significativa votação no PS, representa, de facto, e como sublinhou o presidente eleito da Federação, para além de uma responsabilidade, uma enorme satisfação e um reconhecimento por parte da população pelo trabalho árduo e competente que os socialistas de Vila Real têm desenvolvido na região.

Para Rui Santos, a posição cimeira “a que nos erguemos foi uma recompensa, natural e justa, para a clarividência da estratégia distrital, para a sagacidade e o esforço de muitos militantes e simpatizantes,

em cada um dos 14 concelhos do distrito, para a seriedade e excelência do trabalho dos nossos deputados e de todos os nossos candidatos”.

Mas se há lugar ao mérito dos socialistas, reconhece Rui Santos, também o facto do PS ter subido eleitoralmente se deve “à natural penalização da direita”, já que o PSD, como afirmou, “sempre veio ao nosso distrito captar votos e buscar deputados, sem nada de relevante fazer pelo progresso e desenvolvimento do interior”.

É pois salutar, como defendeu Rui Santos, “que tenhamos presente este quadro, porque nem só com os nossos erros devemos aprender”.

Na opinião do presidente da Comissão Política, o PS é aos olhos de uma larguíssima maioria dos portugueses a organização política mais

sólida e a única capaz de conduzir Portugal nos caminhos do desenvolvimento e do progresso.

Presentes neste congresso, estiveram Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, e o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, ambos eleitos deputados pelo distrito de Vila Real.

Segundo Pedro Silva Pereira, o Partido Socialista tem seguido uma linha de orientação definida pela abertura e renovação constante à sociedade civil.

As “Novas Fronteiras”, acrescentou, não terminaram com as eleições legislativas, antes pelo contrário, continuam “a incentivar o debate sobre as problemáticas nacional e distrital”.

Este princípio e esta certeza, garantiu ainda Pedro Silva Pereira,



dizem-nos que o PS quer continuar a abrir-se cada vez mais à população.

Durante a sua intervenção, o ministro teve ainda ocasião de anunciar a abertura de mais um troço da A24, facto que, como realçou, “vai beneficiar as redes intradistritais ao

nível das ligações entre a estrutura nacional e a concelhia”.

A lista liderada pelo camarada Rui Santos para a Comissão Política da Federação do Partido Socialista de Vila Real obteve 135 votos a favor e seis brancos.

Um partido organizado para novos combates

VISEU

O PARTIDO Socialista tem vindo, eleição após eleição, a crescer e a merecer um renovado e estimulante apoio por parte da população no distrito de Viseu.

Vão longe os tempos em que este era o distrito conhecido por “cavaquistão”, designação que sublinhava uma realidade sociológica que o PS, graças aos trabalho e ao enorme esforço político dos seus dirigentes tem sabido inverter. Hoje, o Partido Socialista, a exemplo do que sucedeu em muitos outros distritos, é a força política mais representada, aquela que reúne o maior consenso e a mais elevada esperança do eleitorado.

O camarada José Junqueiro, culminando um trabalho exemplar na Federação de Viseu, viu o seu mandato renovado, preparando-se assim para um período de mais dois anos à frente desta estrutura do Partido Socialista.

Foram muitas as palavras que o líder eleito dirigiu à vasta assembleia que participou nos trabalhos deste congresso.

Lembrou, nomeadamente, que pela primeira vez, desde o 25 de Abril, o PS ganhou no círculo eleitoral de Viseu, assumindo assim, como referiu, “a primeira responsabilidade na defesa das populações”.

Mas o crescimento e o sucesso do PS no distrito de Viseu, como disse José Junqueiro, será tanto ou

mais determinante no futuro, “se conseguirmos continuar a ser os primeiros credores da confiança do eleitorado”, facto que só será possível alcançar, referiu, se formos capazes de “aprofundando, por um lado, a organização interna, aumentando o número de militantes e empreendendo e defendendo práticas políticas que vão de encontro às necessidades e ambições das populações”, e, por outro lado, sublinhou ainda José Junqueiro, “se continuarmos a desenvolver um combate político sério e sustentado nas verdadeiras necessidades e ambições das populações”, nomeadamente continuando o PS a marcar no distrito a agenda política.

Convidado para este congresso,



Valter Lemos, secretário de Estado da Educação e dirigente nacional do Partido Socialista, deixou algumas palavras de estímulo para o trabalho que, em parceria com o Governo, o PS vai continuar a realizar. Sublinhou, igualmente, a coragem da governação e a debilidade em que a

oposição se encontra, guerrilhando contra tudo e contra todos, a propósito de tudo e de nada.

Para a Comissão Política, a lista A apresentada por José Junqueiro obteve 91,30 por cento dos votos, enquanto a lista B recebeu 8,2 por cento dos votos totais.

“Sem boas acessibilidades não h

ENTREVISTA A PAULO CAMPOS

Portugal, por um conjunto de factores, depara-se com alguns constrangimentos e assimetrias entre o litoral povoado e desenvolvido e o interior carecido e quase esquecido. Verdade que os números não desmentem: Bragança é a única região do país que não tem um único quilómetro de auto-estrada.

Foi para inverter este quadro, que o primeiro-ministro foi a Trás-os-Montes anunciar um plano de novas vias rodoviárias para o distrito que pretende até 2012 retirar a região da interioridade e do isolamento em que tem estado mergulhada.

A propósito desta iniciativa, o “Acção Socialista” foi conversar com Paulo Campos, secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações.



PEDRO DA SILVA/APS

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Porquê só agora se está a olhar para o Nordeste transmontano em matéria, nomeadamente de acessibilidades, quando há décadas que a região reivindica melhores estradas e mais investimento público?

Não lhe poderei responder porque é que outros governos antes de nós nada ou quase nada fizeram ou investiram no Nordeste transmontano.

Como o primeiro-ministro, José Sócrates, assinalou, Trás-os-Montes é a única zona do país onde não existe até agora qualquer quilómetro de auto-estrada.

Pela primeira vez, e graças a este Governo liderado pelo Partido Socialista, Bragança e Vila Real, os dois distritos transmontanos, vão passar a dispor dentro de poucos anos de uma rede de acessibilidades moderna, através da construção de novos IP (itinerários principais) ou IC (itinerários complementares) e ainda da futura A4 que ligará a cidade do Porto a Bragança.

Uma auto-estrada, como se sabe, tem sempre dois sentidos. Pode servir para trazer desenvolvimento, mas pode também ajudar a desertificar. No caso vertente qual a leitura mais correcta?

É minha convicção que as novas redes de acessibilidades que estamos a lançar na região, servirão, sem dúvida, para libertar definitivamente Trás-os-Montes da interioridade e do isolamento que tantos constrangimentos têm causado ao seu

desenvolvimento.

Mas há que ter em atenção que não é uma auto-estrada, que vai ligar o interior ao litoral, e estou a falar da futura A4, que só por si resolverá todos os problemas relativos ao desenvolvimento da região. Também é importante que, aproveitando estas infra-estruturas, que poderão ser encaradas como a base fundamental para que esse desenvolvimento possa chegar à região, as chamadas forças vivas se organizem de modo a completarem com o seu trabalho e esforço o ciclo de progresso e de modernização que as novas acessibilidades certamente vão representar para a região.

Estou plenamente convencido, até pelo conhecimento que tenho, que existem todas as competências locais para que, uma vez completadas as acessibilidades, o progresso e a qualidade de vida das suas populações conheçam na região níveis cada vez maiores.

Governo quer acabar com isolamento de Trás-os-Montes

O que o Governo foi apresentar a Bragança não se limitou, ao que sei, ao anúncio da construção da futura A4?

Exacto. O que o Governo, com a presença do primeiro-ministro, foi fazer à região de Trás-os-Montes, foi anunciar um conjunto muito vasto de novas acessibilidades, que antes

“Em 2012 o distrito de Bragança libertar-se-á definitivamente da interioridade e do isolamento. Um novo tempo virá repleto de oportunidades com mais progresso social e económico para as suas gentes”

de mais, representarão a reposição de uma nova esperança e de justiça para uma parte do país que sistematicamente, década após década, tem sido esquecida pelo poder central. Obviamente que também se poderá encarar esta iniciativa com um carácter simbólico, uma vez que foi a única auto-estrada que este Governo apresentou até agora e fê-lo, precisamente em Bragança.

Mas que outras obras foram também anunciadas nesta deslocação do Governo a Trás-os-Montes?

Desde logo, a abertura de um concurso público para a concessão do túnel do Marão, que ligará em auto-estrada Amarante a Vila Real. Apresentámos igualmente, e cuja decisão já foi aprovada em Conselho de Ministros, a construção de uma outra auto-estrada que ligará Vila Real a Bragança, ligando assim as duas cidades capitais transmontanas, e anunciámos também a construção

dos troços que faltam da IP2, o itinerário principal que ligará futuramente Bragança à cidade algarvia de Faro, obra que este Governo, pela palavra do primeiro-ministro, comprometeu-se a construir na totalidade, até ao fim da actual legislatura, nos troços que se encontram na região de Trás-os-Montes. Para além destas novidades, anunciamos também a construção do IC5, que constitui uma estrutura fundamental para a região, a par das restantes, estrutura que ligará o litoral, na Póvoa de Varzim, ao interior à cidade de Miranda do Douro. O Governo foi ainda anunciar, nesta sua deslocação a terras do Nordeste, a construção de um outro itinerário complementar, o IC26 que ligará a cidade de Amarante a Peso da Régua, acesso já localizado na região duricense, ligando assim o Alto Douro a Trás-os-Montes através do IP4.

Trata-se pois de um conjunto muito vasto de novas acessibilidades que se vão associar a outras que já estão em curso, nomeadamente o IP3, que também neste caso se trata de um eixo vertical e que constitui outro dos acessos transfronteiriços e que neste momento conhece novos avanços.

Há quem assegure que o país não pode basear o seu modelo de desenvolvimento no betão. Estas iniciativas não lhes vem dar razão?

O que eu penso, antes de mais, é que sem boas acessibilidades, que permitam uma boa ligação de pesso-

as e de bens entre os diversos pontos do país, e daqui para os países vizinhos, não existe qualquer hipótese de desenvolvimento económico ou cultural das populações e, consequentemente, do país.

Portanto, sem boas acessibilidade fica muito difícil, senão praticamente impossível, nomeadamente para regiões interiores como Trás-os-Montes, concretizar um modelo sustentado de desenvolvimento sem que primeiro e antes que tudo, disponha de vias modernas e confortáveis de acesso. Este é, sem dúvida, o primeiro aspecto, aquele que tem que ser resolvido, e sem o qual nenhuma região, cidade ou município pode aspirar a uma verdadeiro progresso.

Obviamente que não pode ficar-se por aqui. Este será, se se quiser, o primeiro e indispensável passo. Outros terão que se seguir.

Para se ter uma ideia da importância que este Governo dá a este sector, basta referir que nos diversos ICs, IPs e na futura A4, vão ser investidos cerca de 1400 milhões de euros, o que traduz bem, na minha opinião, a grande aposta que estamos a fazer neste sector.

Com a construção destas novas vias de comunicação, Bragança deixará de ficar a cinco horas e tal de Lisboa, quase tanto como entre as capitais ibéricas?

Esse aspecto constitui aliás, do ponto de vista emblemático, outro dos assuntos que nos tem preocu-

“á desenvolvimento”



PEDRO DA SILVA/FP

pado. Não faz qualquer sentido que levemos hoje mais de cinco horas a chegar a Bragança, vindos, por exemplo, de Lisboa, ou seja, praticamente o mesmo tempo que precisamos para chegar a Madrid.

Há muito que este assunto já devia ter sido resolvido. É um estrangulamento ao nosso desenvolvimento que importa ultrapassar rapidamente. Não só na perspectiva de quem vive e trabalha em terras transmontanas, mas também tendo em vista a necessária coesão nacional, factor que importa ressaltar em nome da modernidade e do progresso que tanto ambicionamos para o país.

Apesar da importância desta iniciativa, não têm faltado críticas, nomeadamente alegando que o país não pode ser só betão.

Mas não estar de acordo com tudo o que o Governo faz, discordar até de algumas iniciativas, faz parte do jogo democrático. O PS, quando está, como agora no Governo ou na oposição, nunca deixou de manifestar os seus pontos de vista e defender os seus princípios. É assim que deve funcionar o regime democrático. Por isso não nos assusta absolutamente nada que algumas críticas tenham sido feitas quando anunciámos estes investimentos para Trás-os-Montes. Na nossa perspectiva, é este o caminho certo para o país. Não tomámos esta iniciativa de ânimo leve. Estudamos ao pormenor e sabemos exactamente o que queremos para aquela região. Os portugueses e os transmontanos em particular saberão reconhecer em devido tempo.

Sabemos também que estas obras suscitam sempre algumas polémicas

“O Governo do Partido Socialista vai investir cerca de 1400 milhões de euros nas novas vias de comunicação no distrito de Bragança”

loais, que por vezes se estendem ao nível nacional. Não há nenhuma obra que não tenha impactos negativos. Isso não existe. Governar é decidir. E o que este Governo está a fazer, também em relação a este particular, é decidir, e decidiu o melhor para a região e para o país.

Investimento rumo à modernidade

Mas se podemos compreender algumas críticas que tentam alertar para os impactos ambientais, que obras deste calibre podem provocar, já as críticas meramente de ordem ideológica compreendem-se muito mal?

Exacto. E é esse último aspecto que referiu que importa sublinhar. Como lhe disse, não há obra que não tenha implicações com o ambiente, e nós neste caso particular, das novas vias de acessos em Trás-os-Montes, temos consciência que optámos por uma minimização desses impactes.

Agora em relação às críticas que nos são feitas pela oposição é que já termos alguma dificuldade em as compreender. Quando finalmente se anuncia a execução de um conjunto de infra-estruturas há muito reivindicadas pelas gentes daquela região, e prometidas por sucessivos governos, é com algum espanto, para não

dizer mais, que ouvimos gente que tinha obrigação e a responsabilidade de saudar esta iniciativa, vir agora criticá-la e dizer que o país não pode sustentar o seu desenvolvimento na política do betão. É espantoso, e no mínimo ridículo, sobretudo vindo de quem vem.

O PRN (Plano Rodoviário Nacional), recorde-se, foi implementado no ano 2000. Nessa altura, no distrito de Bragança, e no que respeita à construção dos IPs e dos ICs, estavam concluídas cerca de 30 por cento destas vias. A partir daí e até 2004 foram acrescentados menos de 5 por cento de novos troços, e já em 2005, novamente com o Partido Socialista no Governo, outros 5 por cento da obras foram concluídos. Ou seja, este Governo fez mais em apenas um ano do que o anterior em mais de quatro anos.

Agora o que nós dizemos é que em seis anos, até 2012, vamos passar dos actuais 40 por cento de resolução do PRN para 100 por cento nesta região, enquanto a nível nacional tudo aponta para que o PRN esteja concluído em 2015. Esta é uma garantia que damos aos portugueses e com a qual o primeiro-ministro se comprometeu.

Apesar das críticas, esta iniciativa reveste-se de grande significado sobretudo para a região?

Lógico. Num país que é marcado por dinâmicas de concentração litoral e metropolitana, com a região de Trás-os-Montes e também a do Alto Douro, a caracterizarem-se por possuírem uma escassa oferta de rede rodoviária estruturante, bem como por uma malha rodoviária pouco adequada entre os diversos aglomerados urbanos, esta iniciativa do Executivo liderado por José Sócrates surge como um importante empurrão rumo ao desenvolvimento daquela região.

E da parte das autarquias, este anúncio teve bom acolhimento?

Teve da parte de todos o melhor acolhimento. Deparamo-nos com pedidos para eventualmente se proceder a algumas correcções, mas de uma maneira geral foram unânimes na aceitação dos projectos que o Governo anunciou.

De realçar aqui, que no nosso projecto ficou estabelecido que nenhum concelho do distrito ficará distante dos IPs e dos ICs mais de que 30 minutos, premissa que reforçou ainda mais o agrado manifestado por parte dos autarcas.

E em relação à actual IP4 vão haver correcções?

Sim. São obras que aliás já estão em curso. O traçado entre Amarante e Vila Real já é novo, e portanto o anterior será desclassificado, e o troço entre esta cidade e Bragança iremos aproveitar cerca de 65 por cento do existente e o resto será obra nova. Quando tudo estiver concluído o actual IP4 será posteriormente a futura A4.

Investimentos ascendem a 1500 milhões de euros



RICARDO OLIVEIRA/CPM

GOVERNO PRESENTE EM BRAGANÇA

O ANÚNCIO de um pacote de investimentos de 1500 milhões de euros destinados à construção de infra-estruturas rodoviárias para melhorar as acessibilidades da região marcou a visita do primeiro-ministro, José Sócrates, ao distrito de Bragança.

No âmbito deste plano, para além da construção da A4, entre Amarante e Quintanilha, no distrito de Bragança, que Sócrates classificou como “auto-estrada da justiça”, será concluída a ligação do IP2, entre Valbenfeito e Celorico de Basto, e do Itinerário Complementar nº 5, entre Murça e Miranda do Douro.

Trata-se de obras que compreendem um total de 280 quilómetros de estrada para serem executadas nos próximos seis anos, disse o chefe do Governo.

“Estas três vias são estruturantes para que Trás-os-Montes possa contribuir para o desenvolvimento nacional”, referiu, acrescentando que esta é uma forma de “responder ao desafio de solidariedade que o distrito de Bragança coloca ao país”.

Por outro lado, na sua deslocação ao distrito de Bragança, no âmbito da iniciativa “Governo Presente”, José Sócrates reafirmou que a concentração de serviços na saúde vai prosseguir com a redistribuição de valências nos três hospitais distritais e o encerramento de uma das maternidades, cabendo ao conselho de administração do Centro Hospitalar do Nordeste Transmontano decidir se fecha a de Mirandela ou a de Bragança.

O primeiro-ministro apresentou a deslocação ao Nordeste Transmontano como “uma questão de justiça a uma região que tem ficado para trás”.

Constatou que os transmontanos

estão “fartos” de promessas, mas assegurou que o Governo “estudou bem os assuntos” e compromete-se com os investimentos anunciados.

“É uma aposta justa, é uma causa nacional também porque este território tem muito a dar ao todo o nacional. O distrito de Bragança também nestes dois dias mostrou que está com vontade, com energia e com ambição para poder contribuir para um Portugal desenvolvido”, afirmou.

O chefe do Governo apontou como dois exemplos para o país a evolução

1500 MILHÕES DE EUROS

Este é o montante do investimento anunciado para a melhoria das acessibilidades rodoviárias.

da região em termos de concretização de abastecimento de água e tratamento de esgotos, que em menos de quatro anos passou da mais atrasada para o conjunto das mais desenvolvidas, com água de qualidade garantida a 95 por cento da população e saneamento básico a 85 por cento.

Outro exemplo apontado pelo primeiro-ministro foi a concretização, na área da saúde, do Sistema de Apoio ao Médico (SAM), uma aplicação informática que facilita a prescrição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico e encaminhamento de baixas médicas em articulação com a segurança social.

O distrito de Bragança vai ser dos primeiros do país a ter todos os centros de saúde, já no final de Maio, informatizados com este sistema, que facilita também a vida ao utente, com menos burocracia, e reduz custos ao Serviço Nacional de Saúde.

OBRAS ANUNCIADAS EM BRAGANÇA

- Lançamento do concurso público da concessão do túnel do Marão, entre Amarante e Vila Real.
- Criação da nova auto-estrada (designada auto-estrada transmontana) entre Vila Real e Bragança.
- Lançamento do concurso relativo à elaboração do projecto de execução do IC26, entre Amarante e Peso da Régua.
- Lançamento do IP2 e do IC5 no novo modelo de contratação através de concessões de construção/operação.

Um pólo de excelência no interior

FACULDADE DE MEDICINA DA BEIRA INTERIOR

Um dia depois de ter estado em Bragança, Sócrates inaugurou as instalações da Faculdade de Ciências da Saúde e Medicina da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, que disse ser “um pólo de conhecimento muito importante para o desenvolvimento do interior

e para a fixação de médicos” na região.

E defendeu que as regiões do interior têm de ter serviços de qualidade do melhor que há em Portugal e na Europa.

O chefe do Governo aproveitou ainda a oportunidade para elogiar o antigo primeiro-ministro António Guterres que foi “absolutamente decisivo para a criação” da faculdade.

Reforma da Segurança Social aberta a boas propostas

CONCERTAÇÃO SOCIAL

Dar confiança, credibilidade e segurança ao sistema público e universal de Segurança Social é o objectivo central das medidas apresentadas pelo Governo aos parceiros sociais.

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, manifestou o desejo de concluir o processo legislativo para a reforma da Segurança Social ainda este ano, de forma a que possa entrar em vigor em 2007, e elogiou a disponibilidade dos parceiros sociais para as negociações.

Sócrates, que falava no final da primeira reunião de duas horas e meia com representantes das confederações sindicais e patronais, no âmbito da concertação social, reafirmou que a reforma avançada pelo Governo visa “garantir a sustentabilidade do sistema público e universal da Segurança Social” a longo prazo.

“Houve uma grande abertura dos parceiros sociais em relação às propostas apresentadas pelo Governo e também uma consciência de todos eles de que existe um problema sério em termos de sustentabilidade da Segurança Social”, disse.

O primeiro-ministro sublinhou que o Executivo “está aberto a todas



RICARDO OLIVEIRA/GPM

as boas propostas” vindas dos parceiros sociais para a reforma do sistema de Segurança Social, mas adiantou que o Governo pretende encerrar as negociações e concluir o processo legislativo “ainda este ano”.

“Queremos um amplo consenso social, para além de uma maioria conjuntural”, acrescentou.

O Governo, adiantou, “quer que a discussão ocorra com transparência, em sede de concertação social, e forneceremos os elementos adicionais solicitados pelos parceiros sociais sobre as nossas medidas. Mas o Governo quer também trabalhar com

intensidade”.

E voltou a recusar liminarmente que o Executivo pretenda reduzir as actuais pensões, ou que tencione aumentar a idade legal da reforma.

“Damos três caminhos distintos aos trabalhadores: trabalhar mais tempo, descontar mais ou receber menos pensão. Temos de promover políticas de envelhecimento activo, porque a esperança de vida hoje não é idêntica àquela que existia no tempo dos nossos pais”, explicou.

Em relação às políticas de incentivo à natalidade, o primeiro-ministro referiu que a medida que penaliza

“O direito mais importante a salvaguardar é o direito à pensão”

JOSÉ SÓCRATES
Primeiro-ministro

“Todos os parceiros mostraram firme vontade de contribuir para um trabalho sério de concertação que garanta a sustentabilidade futura da Segurança Social”

VIEIRA DA SILVA
Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

quem não tem mais filhos e penaliza quem não os tem “é apenas uma de um vasto conjunto”.

Mas, acrescentou, “trata-se de um sinal importante e que é dado no âmbito da reforma do sistema de Segurança Social”.

Salientou ainda que as medidas propostas pelo Executivo socialista visam “dar confiança, credibilidade e segurança ao sistema público e universal de Segurança Social, pelo menos até 2050”, advertindo que “se nada tivesse sido feito, o Governo já teria este ano recorrido ao fundo de estabilização”.

Parceiros sociais disponíveis para o diálogo

Por sua vez, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, considerou positiva a reunião com os parceiros sociais, sublinhando a total disponibilidade manifestada pelas confederações patronais e sindicais para contribuir para a reforma da Segurança Social.

“Todos os parceiros sociais mostraram firme vontade de produzir e contribuir com um trabalho sério de concertação social que garanta a sustentabilidade futura da segurança social”, disse o ministro no final do encontro.

Empresas públicas com gestão por objectivos

OS GESTORES das empresas públicas, tuteladas pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, vão ter, ainda este ano, contratos por objectivos, fazendo depender o seu salário do seu desempenho.

O novo modelo de gestão, anunciado pelo ministro Mário Lino, numa sessão destinada a apresentar as novas regras, prevê que os gestores públicos assinem cartas de missão para os respectivos mandatos, e que tenham prémios indexados ao desempenho, medido através de relatórios mensais, trimestrais e anuais.

Os CTT, a TAP, a Carris e a CP serão as primeiras empresas a introduzir o novo modelo, sendo depois estendido ao longo deste ano às restantes.

No total são 23 empresas e sete institutos públicos nas mais variadas áreas tuteladas pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nomeadamente transportes rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo e ainda a área das comunicações.

Segundo o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o novo modelo pretende potenciar uma “relação de maior transparência” entre as empresas e o Governo e conferir “maior responsabilização aos gestores” para a obtenção de melhores resultados.

Mário Lino anunciou ainda que a nova lei orgânica do ministério estará pronta até final deste mês, seguindo depois para Conselho de Ministros.

Acelerar as compras através da Net

MARIANO Gago pediu que as empresas ajudem o Governo a convencerem os portugueses a atingirem em 2007 a quota de 25 por cento em compras através da Internet.

O responsável pela pasta da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, recordou que o objectivo inicialmente apresentado pelo Governo era que em 2010 um quarto da população portuguesa estivesse já a efectuar compras através de meio electrónico.

Ao sugerir às empresas de tecnologias que ajudem o Executivo a antecipar já para o próximo ano de 2007 esta iniciativa, através de diversas campanhas de sensibilização e facilitando formas de pagamento, o ministro mais não pretendeu do que alertar para o facto de que a presidência portuguesa da União Europeia, que terá lugar precisamente no ano que vem, “seria uma excelente oportunidade para demonstrar aos restantes parceiros europeus, a capacidade do país em termos de compras na Internet”.

O ministro Mariano Gago proferiu estas afirmações durante um jantar organizado pela Associação do Comércio Electrónico, tendo na ocasião sublinhado que todos estarão à espera de constar se Portugal deu ou não continuidade aos objectivos traçados pela Estratégia de Lisboa ou se eventualmente, “seremos até capazes de superar as expectativas”.

Alertando para o facto dos portugueses em 2007 terem que se apresentar perante a Europa como verdadeiros europeus, “e não sermos pequeninos”, Mariano Gago admitiu que poderão, contudo, “haver entraves à aceleração do comércio electrónico”, pelo que apelou a que as empresas do sector juntamente



te com o Governo procedam à identificação dos mesmos.

Recorde-se que um dos bloqueios iniciais ao recurso de compras na Internet, por parte de muitos portugueses, prendia-se com a questão da falta de segurança que em muitos casos era a razão principal para que muita gente não recorresse a este meio tecnológico. Este obstáculo, segundo o ministro, está hoje completamente ultrapassado, uma vez que existem mecanismos de confiança que estão a ser desenvolvidos “como a certificação da qualidade ou a informação exhaustiva, nomeadamente sobre ‘sites’ e ainda a preparação de um directório”.

Como exemplo das transacções electrónicas de sucesso e que hoje oferecem total garantia, Mariano Gago recordou a via verde e o multibanco.

Este tema representa, para o ministro da Ciência e Tecnologia, “um passo fundamental na modernização do país”, recordando que Portugal terá que estar preparado para o comércio electrónico efémero, dando como exemplo os campeonatos desportivos, como o próximo que se irá realizar na Alemanha, mas também as iniciativas ligadas ao turismo ou a concertos.

Na opinião do ministro, “é preciso tratar as iniciativas com carácter sazonal como se fossem um grande evento”, lembrando que a sua recente viagem à Alemanha, serviu, entre outras coisas, “para recolher ensinamentos e ideias, ao nível do comércio electrónico, nomeadamente em vários dispositivos aplicados aos telemóveis ou ao turismo, sector este que Mariano Gago considerou poder vir a representar muito em breve uma das áreas com maior capacidade de impulsionar o comércio electrónico”.

Para que novas janelas de oportunidades se abram ao sector em termos de penetração no mercado externo, o ministro defendeu, por um lado, um maior e mais sustentado investimento em novos conteúdos que “deverão ser desenvolvidos em várias línguas”, e, por outro lado, que o comércio electrónico “deveria passar a ser ensinado nas universidades”, resultando daqui, como sublinhou, uma maior “profissionalização do sector e uma acelerada massificação”.

Encerramento de maternidades é necessário para salvar mais vidas

REDUZIR a mortalidade infantil e “salvar mais vidas” são as preocupações centrais que motivaram a decisão do Governo de encerrar algumas maternidades. Assim o reafirmou, no passado dia 10, no Parlamento, o primeiro-ministro, José Sócrates, que criticou fortemente o principal partido de oposição por estar a fazer “demagogia” nesta matéria.

Sócrates, que prestou estas declarações nos passos perdidos da Assembleia da República à margem do período de abertura da interpelação do PSD ao Executivo sobre “um ano de Governo” socialista, explicou que o encerramento de alguns blocos de partos ficarão a dever-se a “ausência de condições de segurança e técnicas”, na sequência de “recomendações técnicas” dos melhores especialistas do país, assim como das orientações da própria Organização Mundial de Saúde.

“A nossa preocupação central é salvar mais vidas e diminuir a mortalidade infantil em Portugal”, vinçou, adiantando que o PSD, “quando esteve no Governo, seguiu – e bem – o caminho de reduzir o número de maternidades no país”.

Fazendo referência à descida da taxa de mortalidade infantil e perinatal daquela altura e até hoje de 12,4 para 4,3 em mil, Sócrates afirmou que “este número pode ser ainda mais reduzido” no futuro.

Ao manifestar a sua compreensão face ao sentimento das pessoas [que protestam], o primeiro-ministro não deixou de considerar que nenhum político responsável,



ARQUIVO PS

tendo recomendações técnicas credíveis sobre a necessidade de encerramento de alguns blocos de parto, poderia tomar outra decisão”.

Nas declarações que fez aos jornalistas, José Sócrates recusou a ideia de que, na sequência do encerramento da maternidade de Elvas, a cidade espanhola de Badajoz seja a única alternativa dada à população residente naquele concelho alentejano.

“O Serviço Nacional de Saúde assegura a todas as mães portu-

guesas partos com segurança em Portugal. As alternativas a Elvas são Portalegre e Évora”, contrapôs.

Ainda em relação à controvérsia em torno desta medida, José Sócrates acusou o PSD de assumir nesta matéria de grande sensibilidade “um vulgar comportamento oportunista”.

“Compreendo que o PSD tenha vergonha da posição que tem assumido e, por isso, se esconda atrás da JSD”, acusou o primeiro-ministro, numa alusão aos cartazes da juven-

tude laranja contra a decisão do Governo de encerrar maternidades.

Recorde-se que o Executivo do PS determinou o encerramento dos blocos de partos de Barcelos, Santo Tirso, Oliveira de Azeméis e Elvas até 30 de Junho e os da Figueira da Foz e Amarante até 31 de Dezembro.

Também durante esta interpelação ao Governo, o ministro da Administração Interna, António Costa, interveio para rebater algumas críticas infundadas da direita.

“Não fazemos o discurso do oásis, mas também recusamos o discurso catastrófico”, afirmou o governante, acrescentando que “há sinais para estarmos confiantes”.

Segundo Costa, Portugal está em condições de proceder à recuperação da economia de forma gradual, embora lenta”, com o objectivo de chegar a 2008 com um défice público inferior aos 3 por cento do Produto Interno Bruto, conforme foi estipulado por Bruxelas.

M.R.

Em defesa da saúde das mulheres

O MINISTRO da Saúde minimizou os protestos contra o encerramento de maternidades e reafirmou que a decisão é para manter em defesa da saúde das mulheres.

“Eu não sei se é um dia de luta contra o encerramento de maternidades”, disse o ministro a propósito das várias manifestações realizadas no Dia da Mãe.

Rejeitando a hipótese de recuar na decisão de encerrar várias maternidades e blocos de partos no país, o ministro sublinhou que “não é possível rever uma decisão que é um imperativo técnico. O que está em causa é a qualificação dos locais”.

Sobre a questão do encerramento de maternidades em que houve investimentos recentes, Correia de Campos disse que “o mais importante não é o equipamento, são os recursos humanos. Temos carência de médicos obstetras”.

E acrescentou que “os jovens médicos não se sentem atraídos pelos locais onde se fazem menos de dois partos por dia”.

Questionado pela Comunicação Social quanto à decisão de encerrar a maternidade de Santo Tirso, justificou a medida com a “defesa



ARQUIVO PS

da saúde das mulheres”.

Falando à margem de um encontro internacional sobre estratégias de redução da doença cardiovascular, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o ministro afirmou que “não é possível voltar atrás porque o

que está em jogo é a saúde das mulheres”, acrescentando que a maternidade de Santo Tirso é uma das que estão mais próximas de outros hospitais, com blocos de parto mais adequados.

Correia de Campos reafirmou a necessidade de encerrar este espaço, nomeadamente por causa da falta de especialistas. “Não devemos olhar para o passado e sim para o futuro”, disse.

O ministro salientou ainda que compreende o “sentimento de amputação dos hospitais”, mas frisou que o mesmo é baseado em “informação incompleta”.

O anúncio do encerramento destes e outros blocos de partos em vários pontos do país surgiu na sequência de um estudo internacional que concluiu que um em cada dez bebés nasce anualmente em Portugal sem a segurança adequada porque um terço dos hospitais públicos com bloco de partos não tem condições.

O estudo revelou que faltam pessoas especializadas, médicos, enfermeiros e alguma experiência.

Recorde-se que os hospitais públicos são responsáveis por 90 por cento dos nascimentos em Portugal.

Racionalizar os SAP

Por outro lado, na intervenção que efectuou no encontro internacional sobre estratégias de redução da doença cardiovascular, o ministro da Saúde revelou que o Estado gasta entre 25 a 30 milhões de euros anuais para manter em funcionamento 57 Serviços de Atendimento Permanente (SAP) que realizam menos de nove atendimentos por noite.

Conforme referiu Correia de Campos, “cada milhão de euros que se desperdiça é um milhão de euros que não é utilizado de uma forma correcta”, dando o exemplo destes 57 SAP, cujo funcionamento nocturno, das 0 às 8 horas, é apontado como um desperdício.

“Todos estes SAP têm menos de nove pacientes por noite e metade atende menos de 2,4 pessoas por noite”, adiantou.

Actualmente, revelou, a factura destes 57 SAP é de 25 a 30 milhões de euros, verba que Correia de Campos reconheceu que gostaria de utilizar pelo menos metade para fazer outras coisas.

Criado novo órgão de representação escolar

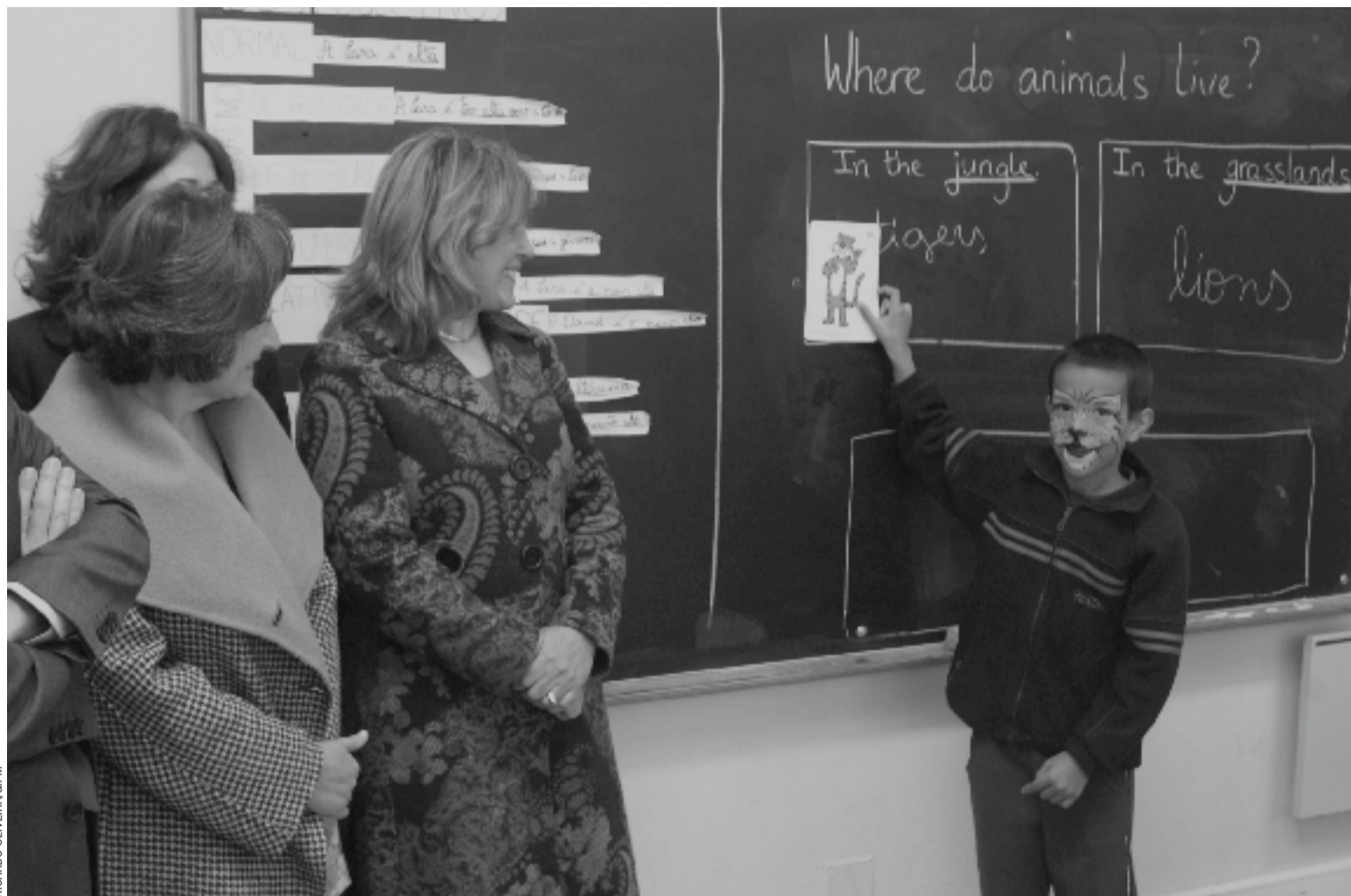
REFORÇAR o papel das escolas na definição das políticas educativas é o objectivo central do novo conselho nacional coordenador de todos os conselhos executivos dos agrupamentos escolares do país, um organismo a ser criado até ao final do ano, segundo anunciou a ministra da Educação à saída de uma reunião de trabalho que manteve em Paços de Ferreira.

Para Maria de Lurdes Rodrigues, “a criação desta estrutura, que funcionará como um órgão de representação das escolas, permite facilitar a comunicação com o Ministério da Educação e entre os próprios estabelecimentos de ensino”.

O conselho coordenador vai ser criado ao longo deste ano “para que as escolas possam constituir parcerias na definição das políticas educativas e não apenas na sua execução”, adiantou a governante, acrescentando igualmente que o presidente da nova estrutura integrará o Conselho Nacional de Educação, um órgão consultivo composto por elementos de vários sectores da comunidade educativa que, até agora, não incluía uma representação institucional dos estabelecimentos de ensino públicos.

Maria de Lurdes Rodrigues falou aos jornalistas, à margem da primeira de um conjunto de reuniões que vai realizar com os presidentes dos conselhos executivos de todos os agrupamentos escolares da região Norte com vista a preparar o próximo ano lectivo.

Relativamente ao primeiro ciclo, as orientações da tutela estão sobretudo relacionadas com os pla-



nos de enriquecimento curricular que as comunidades educativas vão ter de apresentar obrigatoriamente até ao próximo período escolar.

A ideia é que as escolas tenham uma margem de autonomia para gerir as dez horas semanais de prolongamento de horário entre as 15h30 e as 17h30, integrando actividades desenvolvidas em articulação com a comunidade local como a cerâmica, a olaria ou

o teatro, desde que contemplem também obrigatoriamente o inglês, a expressão musical e o desporto.

Segundo estimativas do Ministério da Educação, cada uma destas actividades implicará um investimento de 20 milhões de euros, sensivelmente o mesmo que o programa de generalização do inglês no primeiro ciclo, que abrange já 97 por cento dos alunos dos 3º e 4º anos de escolaridade.

Ao nível de todo o ensino básico, as orientações ministeriais que estão a ser transmitidas aos órgãos directivos das escolas prendem-se com a criação de planos de acção que tenham como objectivo o reforço das competências dos alunos ao nível da Matemática e da leitura.

Já com os presidentes de conselhos executivos das escolas secundárias, as reuniões com a ministra

visaram sobretudo preparar o programa Novas Oportunidades, que tem como objectivo a diversificação das ofertas de formação profissional.

Os cursos vão arrancar este ano lectivo em cerca de 40 escolas secundárias públicas, sendo alargados a mais estabelecimentos de ensino a partir do próximo ano com vista a combater o insucesso e abandono escolares.

Mariano Gago satisfeito com adesão massiva de universidades e politécnicos

PROCESSO DE BOLONHA

A ADESÃO das universidades e dos politécnicos ao Processo de Bolonha foi “gigantesca”. Este o balanço positivo feito pelo ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, na cerimónia pública de abertura da Semana do Comércio Electrónico, uma iniciativa promovida recentemente pela Fundação Portuguesa das Comunicações.

Depois de anunciar que “em muitíssimo pouco tempo, todos os cursos portugueses estarão adaptados a Bolonha”, Mariano Gago sublinhou que 40 por cento de todos esses cursos foram já submetidos a homologação, adiantando que em Novembro próximo será a vez dos restantes.

Refira-se que o Processo de Bolonha é um modelo de organização do ensino superior destinado a harmonizar os graus e diplomas atribuídos na Europa comunitária.

Entretanto, no encerramento da conferência “Pensar a evolução dos sistemas de ensino superior face aos desafios e oportunidades da globalização”, o ministro mostrou-se confiante nas reformas internas que a avaliação a



realizar pelo Departamento de Educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) vai trazer ao ensino superior português.

Este estudo “ocasionará reformas internas às instituições e também no sistema no qual elas operam, tanto em termos legislativos como estruturais”, adiantou, aproveitando a ocasião para defender igualmente que a actual política de desenvolvimento científico exige “reformas profundas”.

No entanto, Mariano Gago não deixou de sublinhar a sua confiança no progresso alcançado pelo país ao longo dos últimos 30 anos, na independência do valor da análise crítica, na determinação para mudar o que for necessário, na capacidade de ter ambição e na importância que o ensino superior passará a ter no futuro do país e na reforma do papel do país no mundo.

O estudo e o consequente relatório que a OCDE vai realizar ao ensino superior português foi pedido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em Novembro de 2005 e os seus resultados serão conhecidos apenas no início de 2007.

Rigor na execução orçamental



RICARDO OLIVEIRA/GIPM

FINANÇAS

A DETERMINAÇÃO do Governo em atingir um défice de 4,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano é “inabalável”, afirmou no dia 8 o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, na conferência de Imprensa destinada a analisar as Previsões Económicas da Primavera divulgadas pela Comissão Europeia.

“Vamos manter o rigor de execução orçamental com controlo da despesa para atingir um défice de 4,6 do PIB. Dito isto, tenho implícito que não haverá recurso a receitas extraordinárias”, disse.

Teixeira dos Santos explicou que o objectivo será alcançado pelo lado da despesa, através do controlo e combate ao desperdício, e não através do aumento de impostos.

Segundo salientou o ministro, Bruxelas reconhece que o rumo

da consolidação orçamental prosseguida pelo Estado se encontra no sentido certo.

“Temos vindo a ganhar credibilidade, a ganhar a confiança da Comissão Europeia e dos nossos parceiros e, obviamente, vamos prosseguir com esta linha política com determinação e coragem”, acrescentou.

A Comissão Europeia alertou o Governo para a necessidade de prosseguir o controlo continuado das despesas do Estado, apesar das medidas de correcção das contas públicas que já foram adoptadas.

Bruxelas continua a antecipar uma melhoria do défice orçamental português em 2006, passando dos 6,0 por cento do PIB em 2005, para 5,0 por cento em 2006, valor que supera em quatro décimas a meta de 4,6 por cento prevista pelo Governo.

O ministro referiu, contudo, que

apesar desta previsão de Bruxelas ser diferente da do Governo, a Comissão não põe em causa que o objectivo que está previsto no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) venha a ser cumprido.

Segundo Teixeira dos Santos, a Comissão reconhece que “importantes medidas que têm vindo a ser tomadas no domínio da consolidação orçamental” e outras medidas “de monta que foram já adoptadas” não foram quantificadas pelos serviços comunitários e, como tal, não puderam ser incorporadas na previsão feita.

De facto, a Comissão Europeia refere que estas previsões não têm em conta algumas das medidas anunciadas pelo Governo de José Sócrates, como a convergência das pensões públicas com a segurança social e os efeitos do programa de reforma da Administração Pública.

OPINIÃO



FILIPE NUNES

Os portugueses costumam premiar pessoas em estudos de opinião, não tanto enquanto pré-candidatos, mas em função do seu passado, da sua notoriedade televisiva ou simplesmente porque fizeram o favor de se afastar da actividade política

País Relativo

O que nos diz a última sondagem da Marktest?

Diz-nos que «Marcelo Rebelo de Sousa continua a ser o mais desejado para presidente do PSD, seguido, a larga distância, por Manuela Ferreira Leite e Luís Filipe Menezes». Marques Mendes só consegue superar António Borges.

Calma: não abram já as garrafas de champanhe. Estes resultados devem ser lidos com alguma cautela pela esquerda e, em especial, pelo centro-esquerda. E não é porque Marques Mendes ainda possa ser substituído até 2009. Pelo contrário: é que entre os respondentes está muita gente que não costuma votar (e que nunca votará) PSD. Além disso, os portugueses costumam premiar pessoas em estudos de opinião, não tanto enquanto pré-candidatos, mas em função do seu passado, da sua notoriedade televisiva ou simplesmente porque fizeram o favor de se afastar da actividade política. Mais tarde, confrontados com essas mesmas caras em contexto eleitoral, penalizam-nas.

A fraca “performance” de António Borges e a (relativamente) boa “performance” de Menezes, na verdade, só surpreendem o senso comum jornalístico: Borges não tem qualquer sensibilidade política e conhece melhor a Califórnia do que Portugal; Menezes, apesar de desprezado pelos analistas, é um exímio populista (talvez a memória fresca do santanismo o trame). Só os resultados de Manuela Ferreira Leite e de Marcelo Rebelo de Sousa parecem confirmar o que nos diz a maioria dos comentadores. Mas, sinceramente, não acredito que Ferreira Leite seja uma adversária mais complicada do que Mendes: Ferreira Leite acumula o seu passivo enquanto ministra das Finanças com dois problemas fatais nos dias que correm: a imagem e a idade. E nem mesmo Marcelo merece esta sobrevalorização: o mais certo é que a sua popularidade actual resulte mais do programa de comentário televisivo do que da sua personalidade enquanto alternativa de Governo.

E se, afinal de contas, Marques Mendes fosse, apesar de tudo, o melhor líder que o PSD pode ter?

Tudo bons rapazes

Perante as afirmações reaccionárias dos dirigentes do Sindicato dos Profissionais de Polícia, que associavam os imigrantes a um suposto aumento da criminalidade, o ministro António Costa fez o que lhe competia e exigiu à Direcção Nacional da PSP a «responsabilização disciplinar, criminal e contra-ordenacional dos autores das declarações em causa». O Bloco de Esquerda também já condenou o SPP/PSP pelo sucedido. O silêncio do PCP nesta história é sinal evidente de embaraço. O PC professa a doutrina do bom sindicalista: não há maus representantes dos trabalhadores. Tinha obrigação de conhecer o sindicalismo de polícia em França, que há muito se transformou num bastião da Frente Nacional.

O antídoto

Há uma semana, no programa Choque Ideológico, da RTP-N, Joaquim Aguiar referia-se a uma viragem populista-esquerdista na América Latina. No “Diário de Notícias”, também João Morgado Fernandes falava na “revolução bolivariana” na Venezuela, em Cuba e na Bolívia e acrescentava: “mesmo sem Bolívar, outros países da região, como o Brasil, o Chile ou a Argentina, tentam vias políticas alternativas para enfrentar os enormes desequilíbrios sociais que enfrentam”. Nesta questão, mais do que olhar para aparentes semelhanças, importa sublinhar as diferenças essenciais. Se a ideia é defender a democracia liberal na região, e não qualquer regresso ao passado, é um erro falar, de forma genérica, em “viragem esquerdista”. Como se lia num dos últimos números do “Economist”, “this glib formula lumps together some strange bedfellows and fails to capture what is really changing in Latin America” (Esta expressão enganadora confunde alhos com bugalhos e oculta as mudanças que de facto estão a acontecer na América Latina). O exemplo chileno, a verdadeira «democracia de sucesso», ou o Brasil de Lula, que concilia economia de mercado com políticas sociais activas, não são versões “soft” da «revolução bolivariana». Pelo contrário, são, na região, o melhor antídoto contra as soluções fáceis do populismo de Chávez e Morales.

Carlos César defende investimento diferenciado para os Açores

É PRECISO diferenciar os Açores da Madeira no plano de “relacionamento financeiro” do Governo com as regiões autónomas. Esta a ideia defendida pelo chefe do Executivo açoriano, Carlos César, à saída de uma audiência com o Presidente da República, em Belém.

Para César, “o edifício legislativo que existe de apoio às regiões autónomas deve ter em atenção que a realidade açoriana é uma e que a madeirense é outra, tal como no continente o litoral apresenta problemas de uma certa tipicidade e o interior de outra”.

Assim sendo – precisou –, o Governo “não pode deixar de perceber” que os Açores “apresentam um fenómeno de expressão territorial que constitui um motivo de deseconomia” e por isso “suscita



ARQUIVO PS

desafios especiais na consideração do desenvolvimento da região”.

Criticando o facto de todo o dispositivo legislativo que enquadra o relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões autónomas ser, neste momento, idêntico para a Madeira e para os Açores,

Carlos César advogou ainda a necessidade de garantir que a próxima revisão da lei de financiamento das regiões autónomas não se traduza “numa diminuição do esforço de investimento para a convergência nacional”.

Todavia, o governante açoriano reforçou a ideia de que “a prioridade conferida aos aspectos económicos e financeiros” por parte do Executivo nacional não deve fazer descurar a “inclusão social”.

O líder do PS/Açores lamentou, ainda, que as regiões autónomas sejam esquecidas nos discursos dos principais responsáveis do país.

“Portugal não é apenas o interior e o litoral, é também as regiões autónomas e os seus órgãos de governo próprios. Nós incluímos e não há razão para que nos excluam”, enfatizou.

“Diário da República” electrónico com acesso universal e gratuito

CONSELHO DE MINISTROS

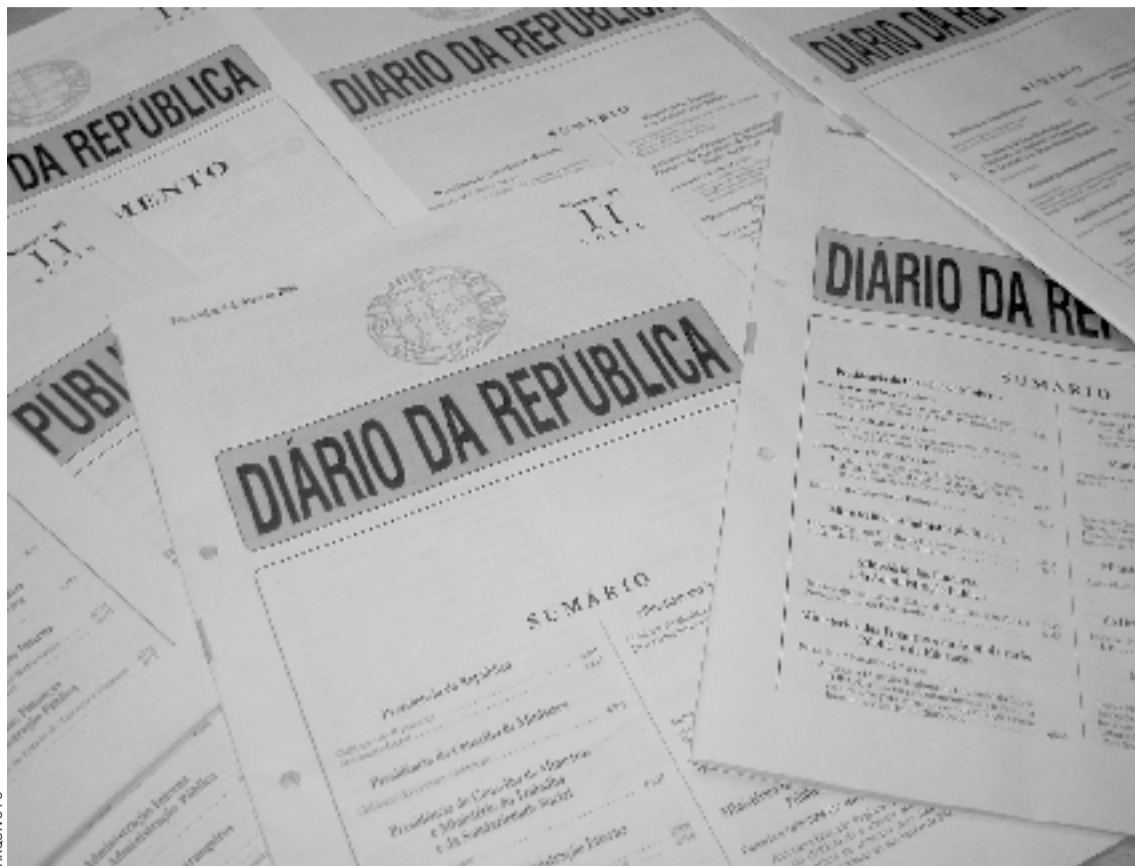
Desmaterialização do jornal oficial vai implicar uma poupança de 1400 toneladas de papel e 4 milhões de euros por ano.

O MINISTRO da Presidência anunciou que a partir de 1 de Julho a versão electrónica do “Diário da República” será “universal e gratuita”, permitindo uma poupança anual ao Estado na ordem dos quatro milhões de euros.

Falando no final do Conselho de Ministros do passado dia 4, Pedro Silva Pereira destacou a aprovação do programa “Legislar melhor”, que tem como objectivos centrais combater a profusão de leis no ordenamento jurídico nacional e “diminuir os encargos burocráticos para os cidadãos em geral e para as empresas”.

Entre o conjunto de diplomas incluídos no programa “Legislar melhor” que concretiza parte do Simplex, o programa de simplificação legislativa e administrativa, Pedro Silva Pereira destacou o decreto que estabelece como “serviço público o acesso universal e gratuito ao ‘Diário da República’ a partir de 1 de Julho.

Com esta medida, Pedro Silva Pereira disse que se pretende “limitar a edição em papel” do “Diário da República”, enquanto o secre-



ARQUIVO PS

tário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, sublinhou o objectivo do Executivo em contribuir para a “democratização do acesso ao sistema jurídico” nacional.

Em termos de impacto económico, o ministro da Presidência referiu que a medida permitirá “uma poupança de três milhões de euros por ano em publicações”,

valor ao qual importa juntar “mais um milhão de euros de redução em encargos derivados de transmissões electrónicas obrigatórias”.

No plano ambiental, acrescentou, há uma redução de 1400 toneladas de papel por ano, o equivalente a 28 mil eucaliptos.

Pedro Silva Pereira referiu ainda que o Governo tem um estudo

que refere que, no seu conjunto, o programa de simplificação administrativa (Simplex) recentemente lançado “tem um impacto de 100 milhões de euros em termos de redução de custos”.

De acordo com o decreto, o “Diário da República” passará apenas a ter duas séries, editadas por via electrónica e disponibili-

zadas no “site” da Internet gerido pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Jorge Lacão revelou ainda que, para consultas “mais qualificadas” do “Diário da República”, através de assinatura electrónica e mediante pagamento, passa a haver, a partir de 15 de Setembro, um serviço de acesso à base de dados DIGESTO, “prevendo-se a sua progressiva conexão e interoperabilidade com outras bases de dados jurídicas existentes na Administração Pública”.

“Este serviço permitirá reforçar as formas de acesso ao direito e à informação jurídica tratada, através de modalidades de acesso do ‘Diário da República’ que possibilitem soluções de pesquisa avançada de bases de dados jurídicas”, acrescentou.

O QUE É O PROGRAMA “LEGISLAR MELHOR”

O PROGRAMA “Legislar melhor” integra um conjunto de diplomas que simplificam e tornam mais transparente o procedimento legislativo, com vista a melhorar a qualidade dos actos aprovados pelo Governo, a desburocratizar o Estado e a facilitar a vida dos cidadãos e das empresas.

Aprovada video-vigilância rodoviária

A PROPOSTA do Governo socialista sobre vigilância electrónica rodoviária foi aprovada na generalidade, na Assembleia da República, com os votos favoráveis da bancada do PS.

O diploma prevê a instalação de sistemas de videovigilância rodoviária e a criação e utilização de sistemas de informação de acidentes e incidentes pela EP – Estradas de Portugal e pelas concessionárias rodoviárias, tendo em vista o reforço da prevenção de acidentes e das garantias de segurança nas estradas portuguesas.

Segundo explicou na altura o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, a recolha de imagens poderá constituir “meio de detecção e de prova” na persecução de ilícitos cometidos ao Código de Estrada.

O diploma estabelece ainda que, juntamente com o auto de notícia alusivo ao ilícito, passe a ser obrigatória a remessa de um registo de imagem da respectiva ocorrência à entidade com competência processual, sempre que essa imagem se encontre disponível.

A proposta de lei do Governo baixou à comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para discussão na especialidade.

Relançamento do complexo mineiro de Aljustrel cria cem novos empregos

UM INVESTIMENTO superior a 76 milhões de euros para a reactivação das minas de Aljustrel, no distrito de Beja, projecto que criará mais 100 postos de trabalho, foi anunciado pelo ministro da Economia e Inovação.

Manuel Pinho falava no final da reunião do Conselho de Ministros da passada quinta-feira, que aprovou a minuta do contrato entre o Estado Português, a AGC Minas de Portugal SPGS e a Eurozinc Mining Corporation, que tem por objecto o relançamento do complexo mineiro de Aljustrel.

Na conferência de imprensa, o ministro da Economia sublinhou o carácter atractivo que adquiriu a área de negócios com minérios, que “está a atingir preços muito elevados nos mercados internacionais”.

“A subida de preços de produtos como o zinco, o cobre e o chumbo, raros nos mercados internacionais, tornou viáveis explorações que anteriormente não eram no passado”, disse Manuel Pinho, salientando que o investimento em Aljustrel “vai criar mais 100 postos de trabalho numa zona que bem precisa deles”.

Segundo o titular da pasta da Economia, além dos 100 novos postos de trabalho, a reactivação das minas de Aljustrel manterá em actividade 47 funcionários ainda ligados ao



RICARDO OLIVEIRA/GIPI

quadro da empresa e permitirá a subcontratação de cerca de 200 trabalhadores.

Manuel Pinho adiantou que o projecto de investimento “arranará ainda este ano, ficando concluído no final de 2007, o que permitirá que a empresa retome o funcionamento no início de 2008”.

Ainda em relação ao sector mineiro, o ministro adiantou que, dentro em breve, o Governo anunciará novos projectos de investimento em outras zonas do país.

Segundo o comunicado do Conselho de Mi-

nistros, o investimento “tem como principais méritos a valorização e aproveitamento de recursos endógenos, nomeadamente minérios de metais base da faixa piritosa ibérica”.

O Governo salienta o “incremento do valor bruto de produção e exportações nacionais de recursos minerais e a diversificação da produção nacional de minérios de metais metálicos,

através da modernização e relançamento da exploração de concentrados de zinco e chumbo”.

A resolução do Conselho de Ministros refere ainda que está previsto “um plano de lavra e a introdução de profundas melhorias nas instalações de processamento e beneficiação do minério e a adaptação ou construção de outras instalações auxiliares, tais como o transporte de minério, de tratamento de águas residuais e de beneficiação de lagoas de deposição de rejeitados da lavaria”.

Lisboa é cidade sem lei nem autoridade

O vereador socialista Manuel Maria Carrilho assinalou com denúncias os 180 dias “de total inacção” do Executivo camarário de Carmona Rodrigues.

AUMENTAR as temporizações dos semáforos para peões com vista a evitar atropelamentos mortais e acabar de vez com os estaleiros ilegais de obras e com o “estacionamento selvagem” foram os reptos lançados por Manuel Maria Carrilho ao Executivo camarário de Carmona Rodrigues, o qual o vereador socialista acusou de ter dado a Lisboa, em seis meses de “inacção”, uma “imagem de cidade sem lei nem autoridade”.

“São três coisas muito simples. Ao menos que Carmona Rodrigues consiga resolver estes três problemas”, desafiou, considerando que “incapacidade” e a “letargia” são os termos que resumem melhor os 180 dias do mandato autárquico da maioria de direita “que menos fez desde o 25 de Abril”.

“Este Executivo está a mostrar ser o campeão da inacção na cidade”, insistiu Carrilho perante os jornalistas que o acompanharam durante um conjunto de visitas que realizou a alguns locais “paradigmáticos” da cidade que ainda “estão na mesma”, confirmando na prática que o trabalho do actual executivo camarário está “marcado por uma letargia em triplo sentido”.

É que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa limita-se a “adiar o que já vinha sendo adiado”, como é o caso do Túnel do Marquês – um projecto que Manuel Maria Carrilho descreveu como “uma novela que é um insulto à inteligência dos cidadãos” –, e da recuperação do Parque Mayer, que o vereador socialista disse revelar a “falta de seriedade” da maioria de direita.



Na opinião do vereador socialista, Carmona “persiste em erros do passado”, como “o despesismo muito grave” que ficou bem patente, exemplificou, com a contratação, no último ano, de 1.500 pessoas ou com a distribuição de bilhetes para a Festa da Música do CCB, com um custo de 500 euros por cabeça.

Manuel Maria Carrilho acusou ainda o executivo de Carmona de ter uma “incapacidade muito profunda e real para resolver os problemas da cidade”, considerando que esta equipa se tem limitado nos últimos seis meses a apresentar “medidas pontuais, formais e virtuais”.

“Queríamos uma Lisboa mais solidária, mais competitiva e mais cosmopolita, mas temos uma Lisboa mais desigual, mais arcaica e mais periférica”, afirmou Carrilho, que foi secundado nas críticas ao executivo de Carmona pelo líder da concelhia socialista de Lisboa, Miguel Coelho, para quem “a cidade andou para trás na qualidade de vida das pessoas” desde as últimas eleições autárquicas.

A visita que Carrilho e outros camaradas realizaram recentemente passou por “três situações paradigmáticas”, que, na opinião dos socialistas, simbolizam o “abandono do

espaço público, a falta de respeito pela qualidade de vida e o desprezo pelas pessoas”.

Os locais visitados foram o mercado do levante, em Marvila, que se resume a um conjunto de bancas cobertas por uma estrutura metálica, sem paredes nem água corrente.

A este propósito, Carrilho recorreu a sua proposta de campanha para a requalificação deste espaço, que prometeu renovar em reunião camarária.

Na Quinta das Laranjeiras, freguesia dos Olivais, foram visitados dois edifícios camarários devolutos que estão hoje ainda em pior estado do que durante a campanha para as autárquicas de Outubro passado.

Já no Largo do Intendente, um espaço que foi alvo de uma reabilitação urbana, continua a existir prostituição e toxicodependência.

Miguel Coelho considerou que o Intendente é o Chernobyl português – “sem vida e sem pessoas”.

E Carrilho acrescentou: “Podemos voltar daqui a cinco meses que estará na mesma”, criticando a “política de show-off continuada” da maioria camarária do PSD/CDS-PP.

M.R.

OPINIÃO



MARCOS SÁ
Deputado
msa@ps.parlamento.pt

É do interesse nacional que o país continue a fazer uma clara aposta estratégica no sector [das águas], implementando modelos de organização que promovam a sua sustentabilidade

O uso eficiente da água deve preocupar-nos a todos

O BALANÇO da implementação do PEAASAR 2000-2006 demonstra que, apesar dos muitos progressos alcançados, persistem por resolver questões fundamentais no sector da água, logo estão em aberto grandes desafios que se pretendem ver definidos numa estratégia clara para o próximo período de programação 2007-2013. A actualização e revisão deste plano estratégico continua a ser prioritário, por forma a alcançar níveis de atendimento e padrões de serviço próprios dos países desenvolvidos, designadamente nos domínios do abastecimento de água e o saneamento de águas residuais. Desta forma foram definidos três grandes objectivos estratégicos no PEAASAR II:

1. A Universalidade continuidade e qualidade do serviço; 2. A sustentabilidade do Sector; 3. A protecção dos valores ambientais.

Sobre o PEASAR II (2007-2013) importa reflectir de forma construtiva três eixos fundamentais: A Política Tarifária, os Modelos de Gestão (definição de novas soluções de gestão que contribuam para a eficiência e sustentabilidade do sector) e a Regulação (factor fundamental para impor uma política racional de tarifas e verificar o cumprimento dos níveis de qualidade do serviço).

Desenvolverei apenas a Política Tarifária. A situação actual é confusa, não obedece a princípios e é insustentável do ponto de vista da sustentabilidade do Sector. Para perceber esta situação basta referir que a tarifa média conjugada de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais se situa actualmente na ordem de 1,06 euros/m³ (0,77 euros/m³ em abastecimento de água, e 0,29 euros/m³ em saneamento de águas residuais), e que os indicadores disponíveis sobre o custo real do serviço apontam para valores de 1 euro/m³ para cada uma das vertentes (valores médios), ou seja, globalmente cerca do dobro do actualmente praticado.

Junta-se a esta situação a efectiva variação nacional dos preços de venda. Neste momento os preços variam entre os 0,15 €/m³ e os 1,56 €/m³, e os preços de recolha e tratamento de águas residuais variam entre 0 e 1,83 €/m³. Dos 278 municípios do continente, 44 praticam tarifas de venda de água abaixo dos 0,40 €/m³ e 211 entre 0,40 e 1,00 €/m³. Quanto ao preço de recolha e tratamento de águas residuais, 63 municípios não cobram qualquer tarifa ou taxa pela prestação deste serviço. Estas situações violam claramente os princípios da OCDE e da União Europeia (fomentam o desperdício, põem em causa o princípio da racionalidade e penaliza as gerações futuras).

Este PEAASAR II define como objectivo fundamental da política tarifária a cobertura dos custos do serviço através da prática de tarifas reais, mas moduladas em função das características socio-económicas das regiões através de mecanismos de solidariedade nacional e regional, nos quais assume um papel destacado a possibilidade de criação de um Fundo de Equilíbrio Tarifário, visando que as tarifas ao consumidor final evoluam para um intervalo compatível com sua a capacidade económica. Permitam-me apenas quatro sugestões sobre esta matéria ao Governo: Devia-se implementar a uniformização dos escalões de consumo a nível nacional (4 escalões de consumo doméstico); definir a nível nacional que o primeiro escalão (até 5/m³) nunca terá um aumento acima da inflação, medida que salvaguarda de imediato as necessidades básicas de todos os consumidores; Definir a nível nacional que a quota de serviço/aluguer do contador deverá ser o factor de solidariedade personalizado, com a isenção da taxa aos que comprovem dificuldades sociais, e nunca o preço da água; Definir a nível nacional a sazonalidade dos tarifários (no Inverno preços mais baixos, no verão preços mais altos) tendo em vista os consumidores interiorizarem o uso eficiente da água, associado à sua escassez efectiva.

Termino, reafirmando que é do interesse nacional que o País continue a fazer uma clara aposta estratégica no sector, implementando modelos de organização que promovam a sua sustentabilidade. Essa aposta deve ter como último objectivo servir, de forma regular e contínua, o máximo de população com um elevado nível de qualidade do serviço, a um preço comportável e dentro de uma perspectiva ambientalmente sustentável.

Assis acusa Rio de arrogância e incompetência

PORTO

O ATRASO da Câmara do Porto na entrega à Assembleia Municipal das contas de 2005 é, segundo Francisco Assis, um sinal inequívoco de que Rui Rio “abandonou o rigor de que tanto se orgulhava no primeiro mandato”.

Francisco Assis criticou a “espiral de arrogância e incompetência” do actual Executivo camarário, considerando que “a maioria absoluta fez mal a Rui Rio e aos seus parceiros”, já que “estimulou os seus piores vícios

e inibiu o que parecia uma qualidade, o rigor”.

Considerando que “a arrogância de Rui Rio começa a raiar o patológico”, o vereador socialista sublinhou que “o presidente da câmara não é dono da cidade”, criticando a sua decisão de retirar o apoio municipal à comissão organizadora das comemorações do 25 de Abril depois de uma das associações que a integram ter criticado o executivo municipal.

“A Câmara do Porto não é um feudo onde se abriga uma espécie de grande cacique, com capacidade de castigar ou premiar de

acordo com os seus humores”.

Segundo Assis, “a falta de ambição da autarquia está a reflectir-se na dificuldade em criar investimento em áreas fundamentais como a habitação social ou em aceder a fundos comunitários”.

O dirigente do PS considerou ainda que Rui Rio “está mais preocupado em atacar órgãos de comunicação social e associações do que em governar eficazmente a câmara”, acrescentando que se o autarca laranja “prefere avaliar tiragens dos jornais deveria ir para o Instituto de Estudos de Opinião Pública fazer comentários”.

Sócrates quer UE mais perto dos cidadãos

OS “TRÊS grandes desafios” da Europa são a criação de uma agenda que responda às preocupações das pessoas, a aproximação democrática entre as políticas europeias e os cidadãos e a necessidade de lideranças políticas que valorizem as conquistas do espírito comunitário.

Esta foi a ideia sublinhada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante o seminário “Portugal e o Futuro da Europa nos 20 anos de Adesão”, ocasião em que considerou como topo das prioridades “o crescimento económico e o emprego”.

Segundo Sócrates, que discursava no Dia da Europa perante uma vasta assistência reunida no Centro Cultural de Belém, a União Europeia (UE) deve olhar para a estabilidade dos preços e garantir a estabilização das finanças públicas, uma condição que classificou como “indispensável para um crescimento sustentado”.

E considerou que uma saída para os problemas económicos consiste em “aproveitar melhor o mercado europeu” e qualificar o investimento público nacional e comunitário “para que se dirija aos factores que efectivamente modernizam a economia”.

“Mas também é verdade que o problema europeu não está aí e sim na mediocridade do crescimento no conjunto da UE e na incapacidade de criar emprego”, ressaltou, apon-



RICARDO OLIVEIRA/GPIM

tando como segundo desafio comunitário um reforço de “mecanismos que permitam que os cidadãos se pronunciem sobre as acções e orientações políticas europeias sem que, ao fazê-lo, tenham que pôr em causa o projecto europeu”.

“A grande maioria dos europeus apoia o projecto de construção europeia, os seus fundamentos e os seus valores, mas muitos têm dúvidas legítimas sobre o funcionamento de algumas das suas políticas”, observou.

Na questão do alargamento, Sócrates defendeu que a União

Europeia “deve garantir uma negociação leal”.

“A exigência é que se cumpra de forma rigorosa os critérios políticos e económicos para a adesão, sem reccar eventuais processos de negociação difíceis e longos no tempo”, lembrou, acrescentando que nesta matéria “devemos garantir que somos capazes de absorver os novos candidatos tanto do ponto de vista financeiro como institucional”.

Todavia – avisou – a UE faria um grave erro se bloqueasse, artificialmente, o processo de alargamento a outros países europeus, uma vez que

“estaria a quebrar o ciclo virtuoso que a construção europeia conseguiu criar no continente”.

“Perdido qualquer um dos valores fundamentais da integração europeia, corre-se o risco de se perder o próprio projecto. A construção europeia não é uma mera reunião de interesses”, disse José Sócrates.

Ainda neste seminário, o primeiro-ministro demonstrou que Portugal está aberto a acolher a proposta da Comissão Europeia de transferir para o domínio comunitário as decisões em matérias de justiça, liberdade e segurança.

“É possível fazer mais no domínio da cooperação policial e judicial, onde defendo que a aplicação das regras comunitárias teria vantagens”, considerou.

Criticando “sentenças” ou “precipitações” sobre o tratado constitucional da União, Sócrates advertiu que Portugal recusará estas atitudes, “porque o futuro depende de uma decisão colectiva dos Estados-membros”.

O primeiro-ministro sublinhou igualmente que “o momento actual é de indefinição sobre o destino do tratado” constitucional. Mas “A verdade é uma: não temos condições de saber, hoje, se o tratado constitucional vai ou não vingar”, razão pela qual aconselha que ninguém se precipite a este respeito.

A terminar a sua intervenção, José Sócrates fez questão de frisar que “a posição de partida do Executivo socialista é conhecida: “O Governo português apoiou e apoia o texto do tratado”.

As palavras do primeiro-ministro foram escutadas por vários membros do seu Executivo, que também estiveram presentes no seminário, entre eles os ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, da Defesa, Luís Amado, das Obras Públicas, Mário Lino, e dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

Gama considera 20 anos de integração globalmente positivos

A RELEVÂNCIA internacional da adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia, em 1986, foi a ideia central do discurso proferido pelo presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, por ocasião da inauguração de uma exposição no Parlamento que recorda esse percurso.

“Espero que seja visitada pelos milhares de cidadãos que visitam a Assembleia e que contribua para afirmar, enraizar, solidificar a ideia de Europa no mundo”, manifestou Gama, vincando que “na cena internacional, é diferente um país ser membro da União ou não o ser.

Depois de classificar como “globalmente positivas” as últimas duas décadas de integração, tanto para os países ibéricos, quanto para a própria União Europeia, Gama voltou a destacar a importância que a adesão de Portugal e Espanha teve no desenvolvimento das suas relações bilaterais.

Antes, recordou, “havia uma janela de oportunidade muito estrangulada para o comércio bilateral”. Foi tudo isso que se modificou com a entrada dos dois países na

União Europeia”.

A exposição, inaugurada a 23 de Março em Bruxelas pelos primeiros-ministros de Portugal, José Sócrates, e de Espanha, José Luís Zapatero, percorre através de cartoons, primeiras páginas de jornais e sobretudo de muitas fotografias mais de 50 anos de história europeia, começando pela assinatura do Tratado de Roma, em 1957.

Na inauguração da mostra estiveram também presentes o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Fernando Neves, o embaixador espanhol em Lisboa, Enrique Panes e a comissária da exposição, a jornalista Teresa de Sousa e o presidente da comissão parlamentar de Assuntos Europeus, António Vitorino, tendo na ocasião sublinhado que “é na Europa que Portugal tem de estar”, marcando “encontro” para as comemorações dos 40 anos da adesão.

De salientar que a exposição “Portugal e Espanha: Vinte anos de Integração na Europa” ficará patente no átrio principal do Palácio de São Bento até finais de Julho.

Europa política continua a ser um grande desafio

“A EUROPA não chegou ao fim, tem futuro, unida na diversidade linguística, cultural, histórica, social”, afirmou o deputado do PS Armando França, salientando que a Europa política “continua a ser um grande desafio e é um grande desígnio no processo de construção europeia, também para os portugueses”.

Armando França falava durante a audição pública na Assembleia da República, que culminou um inquérito promovido pela Comissão parlamentar de Assuntos Europeus junto da comunidade académica, parceiros sociais e sociedade civil sobre o Tratado Constitucional.

Depois de lembrar que alguns dos nossos melhores analistas e pensadores, como é o caso de Eduardo Lourenço, sufragam a ideia de que o Tratado Constitucional “é um bom texto para Portugal e para a Europa”, o deputado socialista sublinhou que “esta mesma ideia geral emerge das respostas ao inquérito”.

Assim, afirmou, a ideia largamente maioritária (82 por cento) expressa no estudo é a de que “é necessária não já uma Europa apenas económica, mas política, e que este Tratado



Constitucional ou um revisto é um adequado instrumento para a realização daquele objectivo”.

Armando França adiantou que 74 por cento dos inquiridos defenderam que caso este Tratado não seja ratificado pelos 25 Estados-membros se deve desistir deste texto, enquanto 94 por cento dos inquiridos se mostraram favoráveis a iniciar-se um processo de uma renegociação do texto do Tratado.

Mas, sublinhou o deputado socialista, “também não deixa de ser muito importante, na linha da necessidade da continuação e do reforço da construção europeia, a opinião, expressa nas respostas ao inquérito (65 por cento), desfavorável a uma pausa na construção europeia”.

Para Armando França, Europa política, Tratado Constitucional e construção europeia são, assim, “expressões de vontade largamente maioritárias, que resultam dos pareceres das comissões especializadas do Parlamento, das respostas aos inquéritos e de opiniões de alguns dos nossos melhores pensadores”.

Neste contexto, considerou que Europa política, Tratado Constitucional e construção europeia entendidas como “um processo dinâmico, aberto e em aprofundamento” são questões “verdadeiramente fundamentais” sobre as quais parece haver “um grande consenso” entre os portugueses e que o Grupo Parlamentar do PS subscreve hoje, como ontem, “pioneiro e líderante que foi da participação de Portugal no projecto europeu”.

OPINIÃO

MANUEL PEDROSO
MARQUES
mpmarques@hotmail.com

Quando vemos o Presidente Chirac avisar que utilizaria a arma atômica contra ataques terroristas, temos que o colocar historicamente em 1945, a não ser que ele esteja a inaugurar uma nova forma de dissuasão nuclear!

As armas da guerra das civilizações

AS GUERRAS começavam, militarmente falando, sempre da forma como as imediatamente anteriores tinham acabado. A I Grande Guerra terminou com o emprego da aviação, a II iniciou-se com o emprego maciço da força aérea que, por sua vez, terminou com a bomba atômica, que deu origem ao período de “dissuasão nuclear”, na pressuposição de que a próxima se iniciaria com um “nuclear first strike”, e assim sucessivamente parece que aconteceu ao longo da história militar. A mudança ou a evolução do armamento, das táticas e das estratégias verifica-se no decurso da guerra que se ia desenvolvendo.

Entretanto, surge a ideia, universalmente divulgada num ápice a seguir ao 11 de Setembro, de que o mundo vivia numa guerra de civilizações, na sequência do “choque de civilizações” que Samuel Huntington identificou em 1996 e a que atribuiu uma futura mudança na “ordem mundial”. Tudo o que se tem passado, em matéria de atentados terroristas (não todos) e de manifestações das comunidades muçulmanas radicais (e radicalizadas pela adversidade), tem levado à aceitação generalizada de que o choque civilizacional se transformou em guerra aberta, de islâmicos contra os cristãos ocidentais. Huntington caracteriza os conflitos civilizacionais de serem particularmente sangrentos, ausentes de ideologia política, onde a vitória militar se traduz pelo genocídio. Logo, a paz não é atingível pela via da negociação, o compromisso não vai além da trégua tática, o controlo da população significa “limpeza étnica”. Estes conflitos, estas guerras têm existido com mais insistência depois do fim da “guerra fria”, sempre com a religião muçulmana na base de um dos lados da beligerância, é preciso reconhecê-lo. Ainda, o maior número destes conflitos têm-se verificado internamente, nos respectivos países, resolvendo-se a maioria dos casos pela separação política. Externamente, as acções mais visíveis e sangrentas têm cariz terrorista, algumas vezes indiscriminado.

Se dúvidas houvesse para aceitar a tese de S. Huntington sobre o choque de civilizações – e teses divergentes atribuem o actual estado de violência à descredibilizada política de G. Bush, ao controlo do petróleo (para não falar do catalão Manuel Castells que vê naquele choque uma redundância da globalização e da Internet...) – se dúvidas houvesse, dizia, a violência em alguns países árabes contra as embaixadas dos países onde foram publicadas as caricaturas de Maomé teria acabado com elas.

O curioso é que também se vê (e pode ver-se) nas caricaturas uma simples manifestação de liberdade de imprensa, quando, na realidade, uma caricatura que não respeita a liberdade de convicções religiosas de cada um pode legitimar forte indignação. Para um ateu, a publicação de uma caricatura sobre a sexualidade de Cristo (admitindo que não seja historicista), sobre o pacifismo de Maomé ou sobre a elegância física de Buda é um caso puro e duro de liberdade de imprensa e, face à indignada violência entre os respectivos crentes, é motivo de confiança redobrada na ideia de que só o ateísmo conduzirá à harmonia universal... Mas, para todos, crentes e ateus, sem filosóficas discussões sobre o absolutismo e o relativismo da Liberdade, se a liberdade de imprensa só servir para desrespeitar a liberdade de convicções de comunidades humanas, ao invés de criticar (com critério) o que quiser

e entender, acho que se pratica uma ideia empobrecedora da liberdade de expressão. Ainda, urge informar os muçulmanos de que, na Europa democrática, o cartoonista é soberano, na sua liberdade de publicação e os governos, os países são, como eles, muçulmanos, súbditos dessa liberdade soberana, não valendo de nada destruir as respectivas embaixadas. A tolerância é um valor universal de convivência que, por definição, só se aplica perante a discordância.

O problema ganha outra dimensão, todavia, porque uma caricatura pode constituir uma arma insidiosa e poderosa no contexto do confronto de civilizações. Pode, no caso da bomba no turbante de Maomé, significar que todos os crentes islâmicos são bombistas, terroristas, o que, além de falso, representa uma atitude xenófoba, particularmente incendiária do clima de tensão que começa a viver-se cada vez mais entre as comunidades cristãs e muçulmanas na Europa. E não é possível admitir que essas comunidades, de milhões de seres humanos, não tenham que aprender a viver no mesmo país. Só em França falamos de seis milhões. O número exclui a hipótese simplista e bárbara de uma aniquilar a outra.

O arsenal bélico desta nova guerra de culturas também está a evoluir já no seu decurso. Não herdou nada das anteriores, talvez porque era de natureza diferente. E parece-me que evolui mais consistentemente pelo lado dos fundamentalistas islâmicos que pelo lado dos que mais se arvoram em líderes do Ocidente. Quando vemos o Presidente Chirac avisar que utilizaria a arma atômica contra ataques terroristas, temos que o colocar historicamente em 1945, a não ser que ele esteja a inaugurar uma nova forma de dissuasão nuclear!... Quando lemos que uma aldeia no Afeganistão com pouco mais de três dezenas de habitantes, 18 dos quais crianças, foi bombardeada por uma esquadrilha da Força Aérea, dos EUA, e matou toda a gente, porque tinham tido a informação de que o Bin Laden estava lá... e, afinal, nem estava... temos de considerar que a desorientação política de G. W. Bush já contaminou aquele comando militar no campo da competência técnica...

A panóplia de armamento que as comunidades transportam para o campo dos conflitos psicológicos é imaterial, como as caricaturas. São razões, motivações, legitimidades e princípios religiosos. Traduzidos, consoante as situações, por desejos de independência, de controlo sobre espaços, riquezas, populações e outras ambições. O potencial de combate reside (em parte) na palavra, na caricatura, no uso de símbolos que incutem auto-estima, capacidade de indignação, para não falar na abjecta exploração do obscurantismo com promessas religiosas, políticas e outras (como a das vinte mil virgens...) que são canalizadas para acções violentas, terroristas e suicidas. As formas de combater este tipo de conflitos merece ser entregue a especialistas. Não especialistas de vastas teorias, antes, conhecedores das situações, das motivações, com capacidade de construir um argumentário de combate eficaz, ajudado por uma estratégia bem formulada, onde se diga claramente quais são os limites a partir dos quais o uso da força, pelo nosso lado, constitui um inalienável direito. Talvez, para isto, seja preciso repensar as funcionalidades das Nações Unidas para se garantir a preservação da paz que, como já se vê, será ameaçada de uma nova e diferente forma.

OPINIÃO



ANTÓNIO BROTAS

A crise da educação é geral em toda a Europa e não sairemos dela sem medidas verdadeiramente inovadoras que sejam compreendidas pelo país e que tenham a sua aprovação

As aulas de substituição

EU FUI um professor privilegiado. Ao longo da minha carreira, primeiro como assistente do Técnico, depois como professor no Brasil, na Argélia, na Escola Naval e depois de novo no Técnico, dei sempre as aulas que muito bem entendi, sem nunca ter de seguir um programa que alguém me quisesse impor. A primeira vez em que tal sucedeu foi na tropa, quando eu e um tenente fomos designados para dar um curso de cabos rancheiros. O tenente disse-me: “Vamos dividir o trabalho. Eu faço os horários e você dá as aulas”. E começou a enumerar as matérias: Regulamento de Disciplina Militar. “Não conheço”. “Não conhece? Não fez o primeiro ciclo de oficiais milicianos onde é ensinado?”. “Não. Fui dispensado porque vim do Colégio Militar onde nunca aprendi essa matéria”. O tenente teve de aceitar o facto. Deu ele próprio as aulas de RDM e eu dei todas as outras. Os alunos eram só quatro, todos pescadores. Para rancheiros eram escolhidos pescadores porque sabiam distinguir os peixes. Eu ensinei-lhes o que quis e me pareceu que seria útil para eles: História, Geografia, um bocadinho de Física, mecânica-auto. Fomos à cozinha onde teriam de trabalhar e treinei-os a fazerem pesagens, contas, relatórios e a responderem a questionários. Até lhes ensinei algumas coisas militares. Foi um prazer.

Agora, já jubilado, não tenho alunos e as Universidades sem a obrigação de dar aulas, são, de facto, sítios admiráveis. Mas, às vezes, tenho algumas saudades. Gostaria de voltar a dar aulas mas de níveis e matérias totalmente diferentes. Eventualmente aulas de substituição no secundário, ou no preparatório. Por exemplo, de gramática a alunos do 6º ano de escolaridade.

Imagino-me a chegar a uma aula e a dizer a alunos de 12 anos: “Fui destacado para vos dar uma aula de substituição de gramática, mas aprendi gramática há tanto tempo que já esqueci quase tudo. Só vos posso dar a aula se me ajudarem”. Vamos tentar começar pelo princípio. Vocês sabem o que é um substantivo? Vamos arranjar uma definição. Não precisa de ser muito boa, mas deve permitir às pessoas saber o que é um substantivo. E continuaria: “Agora que todos sabem o que é um substantivo, vão fazer um exercício. Nas fotocópias da página de um livro (ou de um qualquer outro texto) em grupos de dois, com uma caneta feltro, vão cobrir todos os substantivos que encontrarem. Quando tiverem dúvidas, perguntam ao grupo ao lado. Se a dúvida for grande, discutimos todos”. Depois, viriam os adjectivos: a definição e o cobrir com a caneta feltro. Depois, perguntaria: “Como se chamam estas palavras pequenas que aparecem ao lado dos substantivos?”. “Artigos!”. “Arranjem uma definição e, como são poucos, façam uma lista com os que estão aqui e com outros que conheçam”.

Acho que daria assim a minha aula. Se, no final, os alunos tivessem vontade de continuar, a aposta estava ganha. Se a experiência continuasse duas semanas podíamos escrever uma gramática. Só depois de sentirmos ter chegado ao limite das nossas possibilidades aceitaria na aula uma gramática impressa, para ver o que tinha de diferente e em que é que ia além daquilo a que tínhamos chegado.

Este texto não é um mero devaneio de um professor jubilado. Foi escrito a pensar no futuro do nosso ensino e foi estimulado por uma notícia recente, segundo a qual muitos professores subscreveram um texto a protestar contra a obrigatoriedade de darem aulas de substituição sem para isso terem sido preparados. Esta notícia mostra a que ponto o nosso sistema de ensino se transformou numa gigantesca máquina atrofiadora, não só de estudantes, mas também de professores.

Os professores que não se sentem preparados fazem bem em protestar e há que tomar medidas. A primeira é, naturalmente, a de incluir nos cursos de formação de professores componentes que os preparem e lhes dêem o gosto de dar aulas de substituição. Mas é preciso muito mais. É preciso transformar as escolas em espaços de invenção e criação. Os melhores professores sempre o souberam fazer ao longo dos tempos, muitas vezes subrepticamente, mas, agora, estão quase impedidos de o fazer dado peso dos programas.

A medida que proponho é, assim, simples e nem sequer custa dinheiro. É a de que o Ministério aceite a regra de preparar programas correspondentes só a dois terços das aulas e aceite serem os professores a definirem localmente as matérias e o modo de darem as aulas restantes, incluindo a sua avaliação. Considero ser o melhor modo de valorizar e dignificar a profissão docente e de transformar as escolas nos espaços criativos de que a sociedade precisa.

A crise da educação é geral em toda a Europa e não sairemos dela sem medidas verdadeiramente inovadoras que sejam compreendidas pelo país e que tenham a sua aprovação.

Gostaria muito de ver esta e outras medidas serem discutidas pelos professores e tidas em conta pelo Ministério.

Florestas estão mais protegidas

Mais gente recrutada, mais meios aéreos e uma repensada organização operacional fazem parte do inovador programa de combate aos fogos florestais que o Governo apresentou visando diminuir a área ardida

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O MINISTRO da Administração Interna anunciou que o número de bombeiros voluntários disponíveis para a próxima época de incêndios vai crescer em praticamente todos os distritos, prevendo-se uma subida muito significativa de operacionais no terreno.

António Costa falava em Castelo Branco, no final da sessão de apresentação dos meios de combate a incêndios florestais disponíveis para este distrito, sublinhando que em relação a 2005 haverá uma diminuição de recursos durante os meses de Maio e Junho, estando previsto um reforço destes mesmos meios operacionais no período de Julho a Setembro.

Com efeito, como anunciou o responsável pela pasta da Administração Interna, durante os dois primeiros meses, normalmente mais calmos em matéria de fogos nas florestas, estarão estacionados nestes distrito três meios aéreos, um helicóptero e dois aviões, ou seja, menos um meio aéreo ligeiro do que no ano passado, enquanto que o dispositivo terrestre sofrerá igualmente uma redução em cerca de 7,9 por cento em relação ao último ano.

Posteriormente, e durante os meses considerados mais problemáticos, ou seja durante Julho, Agosto e Setembro, a região terá ao seu serviço um acentuado reforço de meios e de homens, constituídos por uma frota de sete meios aéreos, com três helicópteros e quatro aviões, mais um do que em igual período de 2005, enquanto se registrará igualmente um significativo acréscimo de meios terrestres operacionais com mais cerca de 16 por cento de bombeiros e de viaturas em relação ao ano passado.

Como referiu António Costa, para esta fase considerada mais aguda, está prevista a mobilização de 310 bombeiros e 66 viaturas, a par de 115 sapadores florestais servidos por 23 veículos.

Também para o distrito da Guarda, outra das regiões devastadas o ano passado pelas chamas de inúmeros fogos florestais, foram anunciados os



RICARDO OLIVEIRA/GIPM

meios a disponibilizar. Assim, e como referiu o ministro da Administração Interna, para 2006, serão colocados neste distrito do interior os mesmos meios aéreos que no ano passado, ou seja, um helicóptero e dois aviões anfíbios, e isto durante a primeira fase (Maio e Junho), enquanto para a segunda fase, Julho a Setembro, a região terá ao seu serviço três helicópteros e dois aviões anfíbios.

Em relação aos meios terrestres, o distrito da Guarda contará com uma pequena diminuição na primeira fase de cerca de 2,8 por cento em relação a 2005, para posteriormente se verificar uma subida de 11 por cento nos meses mais quentes e mais atreitos a fogos nas florestas. Igualmente para este período está prevista a mobilização de mais de 300 bombeiros e de 65 viaturas, bem como a participação de 120 sapadores florestais auxiliados por 24 viaturas.

Como sublinhou António Costa, para ambos os distritos, como aliás sucederá com todos os restantes do país, os meios terrestres contarão com o apoio de elementos pertencentes à GNR, mas também do Instituto da Natureza, para além de diversas torres de vigia colocadas estrategicamente no terreno.

Quanto ao trabalho de colaboração a desenvolver entre o recentemente criado GIPS (Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro) da GNR e os bombeiros, António Costa afirmou que, depois de criadas pelo Governo as condições necessárias, haverá, sem dúvida, “um excelente trabalho por parte de todos”.

E isto, como sublinhou, porque “todos somos poucos para defender a floresta portuguesa”, sendo esta na perspectiva do ministro, a “noção

que importa reforçar”, tendo em vista, como lembrou, a defesa de um dos mais importantes património nacionais.

Para o responsável pela pasta da Administração Interna, o problema da disputa entre os diferentes agentes “está hoje ultrapassada”, uma vez que já toda a gente percebeu que a criação dos GIPS “não visa substituir ninguém”, mas antes reforçar a capacidade de resposta nas diferentes e diversificadas frentes de combate aos fogos florestais.

Sublinhando o clima de paz que agora se vive entre todos os intervenientes, António Costa apontou como exemplo a presença e a participação constante do próprio presidente da Liga dos Bombeiros em todas as cerimónias que o Governo e o seu ministério têm vindo a realizar pelo país, facto que na opinião do ministro muito tem ajudado para “um aumento importante na adesão de novos elementos para os corpos de bombeiros voluntários”.

Racionalidade de meios

Para este Verão, o Governo introduziu um conjunto de novos mecanismos, regras e métodos capazes de num tempo mais rápido e de uma forma mais sustentada atacar a raiz do flagelo dos fogos florestais.

Desde logo, como adiantou o ministro, na detecção rápida, integrando esta operação todos os meios numa única equipa, constituindo esta acção uma principal aposta do novo dispositivo. Recorde-se que o novo conceito de intervenção assenta na detecção rápida e na integração das estruturas de comando e das equipas.

REFORÇO DE MEIOS

A nível nacional, e durante os meses mais quentes, de Julho a Setembro, o dispositivo de combate aos incêndios florestais vai contar este ano com 5100 bombeiros, 1188 veículos, 50 meios aéreos e 1400 elementos da GNR auxiliados por equipas do Instituto de Conservação da Natureza e 200 operacionais disponibilizados pela associação de fábricas de celulose, apoiados por três meios aéreos.

AS CAUSAS DOS INCÊNDIOS

Só uma pequena parte dos incêndios florestais em Portugal têm origem em causas naturais, assim como só uma percentagem diminuta de fogos florestais resulta de fogo posto. A esmagadora maioria dos enormes fogos que têm atingido o coberto florestal nacional, têm causas sobretudo em cigarros mal apagados, nas queimadas sem controlo, nas máquinas agrícolas que se levam para o campo ou para a floresta em dias demasiado quentes ou, entre outros casos, nos foguetes que se lançam na floresta ou junto dela em circunstâncias que seriam aconselháveis não o fazer.

Para António Costa torna-se absolutamente necessário chegar “o mais cedo possível” porque só deste modo se poderá controlar os incêndios quando ainda são fogos nascentes.

Segundo referiu, é necessário apostar numa efectiva integração e articulação de todos no dispositivo de combate aos incêndios florestais.

Temos que alcançar o mais rápido possível, defende António Costa, “um Portugal sem fogos” dotando o país com os meios técnicos e humanos mais preparados e adequados caminhando assim no sentido de uma maior e mais sustentada preservação e salvaguardar, quer de pessoas e bens, quer do riquíssimo património florestal português.

O ministro lembrou que o ano passado, devido aos poucos meses que o Executivo socialista levava à frente dos destinos do país, não houve tempo para grandes debates ou para empreender estratégias muito elaboradas, nem tão-pouco para grandes reflexões. Havia, como salientou, que enfrentar os fogos, combatê-los com os meios e os homens existentes, e nesse sentido tudo se fez para minimizar os efeitos devastadores do flagelo.

Este ano tudo será certamente diferente. É a convicção manifestada pelo responsável pelo MAI. O tempo agora é de não permitir que situações como as que ocorreram o ano passado ou há dois anos se venham a repetir. Para além de em 2006 se poder contar com mais homens, mais meios e novas estratégias, o Governo espera ainda “uma grande mobilização por parte de todos os portugueses, nomeadamente, como disse na limpeza das florestas e na eliminação dos comportamentos de risco.

Pela parte do Governo, lembrou o titular da pasta da Administração Interna, a sumar à reorganização dos serviços e à mobilização de mais meios humanos e técnicos, é ainda de salientar o aumento exponencial dos investimentos para este sensível sector do combate aos fogos florestais.

De facto, e para se ter uma ideia do esforço que o Governo dirigido pelo Partido Socialista está a desenvolver com o objectivo de enfrentar este problema, refira-se que só na aquisição de equipamentos de protecção individual, como revelou António Costa, foram gastos sete milhões de euros, enquanto no aluguer dos meios aéreos vão ser investidos perto de 30 milhões de euros, fora as verbas que o Ministério da Agricultura está a canalizar para os diversos projectos de silvicultura preventiva ou ainda na limpeza da floresta.

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

Director Jorge Seguro Sanches ■ Director-adjunto Silvino Gomes da Silva ■ Redacção J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ Secretariado Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ Layout e paginação Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ Edição Internet Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ Redacção, Administração e Expedição Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ Depósito legal N° 21339/88 ■ ISSN 0871-102X ■ Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt